

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Olavo Pereira Pinheiro

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO SÓCIOESPACIAL NO
MUNICÍPIO DE CABO FRIO DOS ANOS 1990-2010: O POLO DE UMA
NOVA AGLOMERAÇÃO URBANA?

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.
Abril de 2016

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Olavo Pereira Pinheiro

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO SÓCIOESPACIAL NO
MUNICÍPIO DE CABO FRIO DOS ANOS 1990-2010: O POLO DE UMA
NOVA AGLOMERAÇÃO URBANA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade
Candido Mendes- Campos/RJ, para obtenção do grau de
MESTRE EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES.

Orientador: Prof. Rodrigo Anido Lira, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Abril de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

P77e Pinheiro, Olavo Pereira.

O processo de reestruturação sócioespacial no Município de Cabo Frio dos anos 1990-2010: o polo de uma nova aglomeração urbana?/ Olavo Pereira Pinheiro – 2017.

117 f.; il.

Orientador: Rodrigo Anido Lira

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades– Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

Bibliografia: f.114-117.

1. Planejamento regional. 2. Gestão urbana. 3. Aglomeração urbana. 4. Cabo Frio (Município) - Reestruturação sócioespacial. I: Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU: 711.2/4(815.3C)

OLAVO PEREIRA PINHEIRO

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO SÓCIOESPACIAL NO
MUNICÍPIO DE CABO FRIO DOS ANOS 1990-2010: O POLO DE UMA
NOVA AGLOMERAÇÃO URBANA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade
Candido Mendes- Campos/RJ, para obtenção do grau de
MESTRE EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em: 29 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Rodrigo Anido Lira, DSc. - Orientador
Universidade Candido Mendes

Prof. Ana Paula Serpa Arruda, DSc.
Universidade Candido Mendes

Prof. Nilo Lima de Azevedo, DSc.
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.
2016

À Madelaine Pinheiro, pela força incentivo nas horas difíceis. Presença essencial para essa conquista!

Muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Há tantos que deveriam constar nesta lista que nem sei como iniciá-la.

Primeiramente agradeço a Deus que insiste em derramar sobre mim graça e misericórdia imensuráveis.

Aos meus familiares que, mesmo em sua simplicidade, apoiaram esse projeto ambicioso.

A todos os professores da UCAM que intermediaram debates e troca de ideias sobre o trabalho. De se destacar atenção especial atenção para meu orientador e inesquecível professor, Dr. Rodrigo Lira pela didática delicada e extremosa paciência, ambas peculiares a seu nobre espírito.

Um agradecimento especial aos colegas de curso pelo companheirismo e apoio.

CABO FRIO

Ouvi esta noite uma voz de criança por trás
de minha porta

Doce

Modulada

Pura

Isso me fez bem

Blaise Cendrars (1887-1961)

RESUMO

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIO-ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO DOS ANOS 1990-2010: O POLO DE UMA NOVA AGLOMERAÇÃO URBANA

A partir de um estudo do IBGE chamado “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil”, datado do início do ano de 2015, que se apresenta, atualmente, como referência para a localização de novas aglomerações urbanas, bem como para a compreensão desta novel reestruturação do espaço urbano no Brasil, nasceram os objetivos desta dissertação. No referido estudo Cabo Frio é apresentada como uma aglomeração urbana de médio porte que, segundo sugestão do próprio IBGE deveria ser acompanhada. O problema do trabalho elaborado pelo Instituto Federal, não obstante a relevância prática sobre os estudos relativos ao planejamento regional e eventualmente à gestão de cidades, é que essas aglomerações urbanas são fixadas basicamente levando-se em consideração a densidade demográfica, a proximidade física dos centros populacionais, e não se analisa nenhum aspecto sobre as transformações socioespaciais nos arranjos populacionais identificados como mercedores de acompanhamento. Neste sentido, escrever sobre o município de Cabo Frio é uma tarefa interessante pelo fato de que se trata de uma das cidades mais ricas do país. Especialmente quando se leva em consideração os relevantes repasses de *royalties* oriundos da produção de petróleo, agregados ao orçamento municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento regional. Gestão urbana. Aglomeração urbana. Cabo Frio (Município). Reestruturação sócioespacial.

ABSTRACT

THE PROCESS OF RESTRUCTURING SOCIOESPATIAL IN MUNICIPALITY OF CABO FRIO YEARS 1990-2010

From an IBGE study called "Population Arrangements and Urban concentrations of Brazil", dating from the beginning of the year 2015, which is presented today as a reference for the location of new urban areas, as well as to understanding this novel restructuring of urban space in Brazil, born the objectives of this dissertation. In this study the Cabo Frio City is presented as a mid-sized urban area that, according to the suggestion of the IBGE itself should be monitored. The problem of the work done by the Federal Institute, despite the practical relevance of the studies on regional planning and eventually to city management, is that these agglomerations are basically fixed taking into account population density, physical proximity of the centers population, and not analyzing any aspect of the socio-spatial changes in population arrangements identified as worthy of monitoring. In this sense, writing about the city of Cabo Frio is an interesting task for the fact that it is one of the richest cities in the country. Especially when taking into account the relevant royalty transfers arising from oil production, added to the municipal budget.

KEYWORDS: Regional planning. Urban management. Urban agglomeration. Cabo Frio (Municipality). Socio-spatial restructuring.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1:	Cidade de Cabo Frio	53
Figura 2:	Planta histórica de Cabo Frio (1)	58
Figura 3:	Planta histórica de Cabo Frio (2)	59
Figura 4:	Projeto de urbanização	67
Figura 5:	Mapa Via Satélite da Cidade de Cabo Frio (1)	67
Figura 6:	Mapa Via Satélite da Cidade de Cabo Frio (2)	68
Figura 7:	Mapa Via Satélite do Território das Dunas (Cidade de Cabo Frio)	70
Figura 8:	Mapa Via Satélite da Comunidade do Lido Localizada na Praia do Forte (Cidade de Cabo Frio)	73
Figura 9:	Mapa Via Satélite da Comunidade do Buraco do Boi Localizada na Praia do Forte (Cidade de Cabo Frio)	73
Figura 10:	Mapa Via Satélite da Área de interesse social (Cidade de Cabo Frio)	74
Figura 11:	Mapa Via Satélite da Comunidade Vila do Sol (Cidade de Cabo Frio)	75
Figura 12:	Mapa Via Satélite da Comunidade Morubá (Cidade de Cabo Frio)	76
Gráfico 1:	Royalties em valores: Corrigidos pelo INPC	96
Gráfico 2:	Distribuição Percentual por Tipo de Saneamento: Série Histórica 2000/2010.	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Royalties em valores Reavis (corrigidos pelo IGP-DI)	17
Tabela 2:	População residente	64
Tabela 3:	Área e densidade demográfica	81
Tabela 4:	População residente Por Cor Ou Raça	82
Tabela 5:	Produto Interno Bruto (PIB) (1)	82
Tabela 6:	Grupos etários	83
Tabela 7:	Crescimento populacional	83
Tabela 8:	Nascidos vivos – Rio de Janeiro	84
Tabela 9:	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1)	85
Tabela 10:	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2)	85
Tabela 11:	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (3)	86
Tabela 12:	Domicílios permanentes	86
Tabela 13:	Infraestrutura urbana	87
Tabela 14:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	87
Tabela 15:	Crianças de 10 anos de Idade ou mais – Condição de Atividade	88
Tabela 16:	Taxa de inatividade	89
Tabela 17:	Crianças com 10 anos de idade ou mais ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (1)	90
Tabela 18:	Crianças com 10 anos de idade ou mais ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (2)	90
Tabela 19:	Crianças com 10 de Anos de Idade ocupada no Trabalho Principal	91
Tabela 20:	Renda	92

Tabela 21:	Crianças com 10 anos de Idade ou mais Ocupadas por Atividades	93
Tabela 22:	Produto Interno Bruto (PIB) (2)	94
Tabela 23:	Participação do Produto Interno Bruto (PIB)	95
Tabela 24:	Royalties em Valores Reais: Corrigidos pelo INPC	96
Tabela 25:	Índice de Desempenho do SUS – Grupo 2 – Março 2012	98

SUMÁRIO

1:	INTRODUÇÃO	15
2:	A CIDADE E SUAS INTERAÇÕES	25
2.1:	PARA ALÉM DA NOÇÃO DE REDE URBANA	25
2.2:	PROCESSOS SÓCIOESPACIAIS O FENÔMENO DAS AGLOMERAÇÕES	27
2.3:	SUGESTÃO DE UMA NOVA CONCEITUAÇÃO DE AGLOMERAÇÃO URBANA	28
2.4:	POR QUE AS CIDADES SE AGLOMERAM	32
3:	AGLOMERAÇÃO URBANA: RELAÇÕES TEÓRICAS	38
3.1:	FLUXOS E CIRCULAÇÃO SOB A ÓTICA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	40
3.2:	ESCALAS SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	44
3.3:	DO CONCEITO DE PERIURBANIZAÇÃO OU SUBURBANIZAÇÃO	48
4:	PERFIL SOCIOECONOMICO DE CABO FRIO	52
4.1:	O MUNICÍPIO DE CABO FRIO	52
4.2:	HISTÓRICO SOBRE A URBANIZAÇÃO DE CABO FRIO	55
4.3:	OCUPAÇÃO URBANA	57
4.4:	PRIMEIRO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE	59
4.5:	O NUCLEO URBANO DE CABO FRIO NO SÉCULO XX	60
4.6:	HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO ECONOMICA NO SÉCULO XX	62
4.7:	HISTÓRICO DO TURISMO NA CIDADE	63
4.8:	FLUXO MIGRATÓRIO	64
4.9:	DESENVOLVIMENTO ESPACIAL DA CIDADE	66

5.	BREVE ANÁLISE DE DADOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO	79
6:	DA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA E A QUESTÃO DO SANEAMENTO	100
6.1:	DA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA	103
6.2:	A QUESTÃO DO SANEAMENTO	106
7:	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
8:	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

1: INTRODUÇÃO

Após o ingresso no Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, em Campos dos Goytacazes-RJ, desde o início do curso vislumbrou-se a possibilidade de deixar algum legado em termos de trabalho científico para a minha própria região.

Trabalhando como servidor público e professor, por mais de 20 anos, me ressinto da dificuldade em se localizar trabalhos acadêmicos sobre essa Região tão bela do Estado do Rio de Janeiro. Dissertações, artigos científicos, monografias, análises sociológicas e mesmo econômicas, ajudariam em muito o gestor público daquela região a planejar e executar políticas públicas abrangentes e legitimadas pela população residente e, eventualmente, a flutuante que de alguma forma também se beneficiaria dos investimentos em saúde, educação infraestrutura, entre outros.

Desta forma, a presente pesquisa sofreu um pouco com a ausência de trabalhos e dados sistemáticos tanto sobre a Região dos Lagos, de modo geral, quanto sobre a própria cidade.

Acatando a feliz e justificada sugestão do meu orientador, professor Dr. Rodrigo Lira, alterei meu objeto de pesquisa inicial. Por conta da crise dos *royalties* do petróleo, que teve início em fins do ano de 2015, meu trabalho original versaria sobre os arranjos institucionais que estavam se formando entre os Municípios da Região dos Lagos, naquele momento, para combate da crise que se avizinhava.

Premonitória a visão do professor Rodrigo Lira, em meados do ano de 2015, de que aquela manifestação eufórica inicial dos entes públicos locais talvez não

fosse adiante. E realmente não foi. Toda a movimentação iniciada pelos municípios no sentido de agregar forças regionais para o combate da crise efetivamente arrefeceu.

Respeitando a intenção de escrever sobre a Região dos Lagos, conforme a orientação acadêmica, levando-se em consideração também a ausência de análises e estudos sistemáticos sobre os Municípios da Região, propôs-se a análise da reestruturação produtiva ocorrida no Município de Cabo Frio entre os anos 1990 e 2010, que a caracterizaria como polo de uma aglomeração urbana. Período em que a influência do recebimento dos *royalties* do petróleo se fez mais marcante. Aquiesci sob o peso do argumento.

A partir de um estudo do IBGE chamado “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil”, datado do início do ano de 2015, que se apresenta, atualmente, como referência para a localização de novas aglomerações urbanas, bem como para a compreensão desta novel reestruturação do espaço urbano no Brasil, nasceram os objetivos desta dissertação.

No referido estudo Cabo Frio é apresentado como uma aglomeração urbana de médio porte que, segundo sugestão do próprio IBGE (2015), deveria ser acompanhada, pois

Os arranjos populacionais, os de localização litorânea voltada para atividades turísticas e de veraneio constituem um modelo de urbanização próprio. Comumente, nota-se que as áreas urbanizadas são contíguas ou muito próximas umas das outras e que acompanham a orla marítima. Essa característica é reforçada quando se observam os dados, pois, dos 49 municípios envolvidos, apenas cinco não possuem contiguidade (3 km ou menos) de suas manchas urbanizadas principais em relação aos demais municípios. Tal característica, porém, nem sempre é acompanhada por movimentos pendulares intensos para trabalho e estudo. São arranjos que expandiram seus tecidos urbanos para atender à demanda de veraneio de grandes metrópoles próximas. "Cabo Frio/RJ" juntamente com "Araruama/RJ" formam o segundo maior conjunto, com 464 236 pessoas, seguido do Arranjo Populacional de "Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião/SP", com 281 779 pessoas. (p.69)

O grande problema do trabalho elaborado pelo IBGE, não obstante a relevância prática sobre os estudos relativos ao planejamento regional e eventualmente à gestão de cidades, é que essas aglomerações urbanas são fixadas basicamente levando-se em consideração a densidade demográfica, a proximidade física dos centros populacionais, e não se analisa nenhum aspecto sobre as transformações socioespaciais nos arranjos populacionais identificados pelo Instituto como merecedores de acompanhamento. Tal ponto será retomado adiante quando da delimitação do problema do presente trabalho.

Neste sentido, escrever sobre o município de Cabo Frio, e sua proeminência regional é uma tarefa interessante. Não só por que cuida de minha terra natal, mas também pelo fato de que se trata de uma das cidades mais ricas do país. Especialmente quando se levam em consideração os relevantes repasses de *royalties* oriundos da produção de petróleo, agregados ao orçamento municipal. Consideram-se Municípios ricos na Região dos Lagos, para fins desta análise, aqueles que receberam montantes de *royalties* acima de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) no ano de 2014, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 - Royalties em valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)

BENEFICIÁRIO / ESTADO	ANO	VALOR CORRENTE	VALOR REAL
ARARUAMA / Rio de Janeiro	2014	R\$ 10.872.449,73	R\$ 11.458.352,90
ARMACAO DOS BUZIOS / Rio de Janeiro	2014	R\$ 72.488.760,97	R\$ 76.416.833,93
ARRIAL DO CABO / Rio de Janeiro	2014	R\$ 45.041.384,09	R\$ 47.487.896,22
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2014	R\$ 197.868.413,00	R\$ 208.604.428,73
IGUABA GRANDE / Rio de Janeiro	2014	R\$ 7.438.701,85	R\$ 7.839.569,98
RIO DAS OSTRAS / Rio de Janeiro	2014	R\$ 189.794.271,44	R\$ 200.124.527,19
SAO PEDRO DA ALDEIA / Rio de Janeiro	2014	R\$ 10.300.006,78	R\$ 10.855.065,03
SAQUAREMA / Rio de Janeiro	2014	R\$ 15.815.871,44	R\$ 16.602.454,85

Fonte: InfoRoyalties ((2015) a partir de dados da Agência Nacional do Petróleo).

Assim sendo, Cabo Frio pode ser considerado o Município mais rico da Região dos Lagos. Fato que refletiria sua preponderância como agente catalizador

do desenvolvimento da Região. Ponto corroborado pela sua figuração no trabalho elaborado pelo IBGE em 2015 e já referido anteriormente.

Busca-se através desta dissertação estudar e compreender, a partir das transformações socioespaciais do Município, como se processou a nova reestruturação produtiva de Cabo Frio, que a elevou à categoria de polo regional, a partir do final da década de 1990 até o ano de 2010. Obviamente a análise não se fará ano a ano, pois o leito da dissertação não comportaria um trabalho de tal magnitude. Os anos de análise serão fixados a partir dos principais registros demográficos do IBGE (anos 1990, 2000 e 2010).

Alguns aspectos serão analisados mais especificamente, tais como saúde, educação, emprego, transformações demográficas e socioespaciais, dentro dessa simplificada linha do tempo e ser confeccionada sobre a realidade do Município.

Assim o tema central do estudo recairá sobre as principais transformações socioespaciais e econômicas ocorridas em Cabo Frio que o fez ser categorizado pelo IBGE como uma nova aglomeração urbana, ou a cidade polo dessa aglomeração.

O Instituto de Pesquisa categorizou o Município de Cabo Frio como uma aglomeração urbana, mas não lançou o necessário fundamento teórico, e muito menos histórico, necessário para se considerar a cidade como aglomeração urbana, e compreender esse novo status da urbe.

Conclui-se que o problema existe e deve ser abordado.

O correto enquadramento, delineamento e balizamento desses dados em confronto com um referencial teórico é de vital importância para a compreensão desse novo fenômeno.

Os efeitos que poderão advir desse novo status e da compreensão de sua amplitude certamente auxiliarão na correta formulação de políticas públicas. Sem falar nas consequências positivas externas sobre os diversos atores sociais da Região dos Lagos, principalmente no que pertine aos outros municípios, que poderão desenvolver estratégias de arranjos regionais mais efetivos.

O fato que motiva esta pesquisa é justamente a carência de estudos científicos sobre o desenvolvimento do Município de Cabo Frio. Basta uma simples pesquisa, em qualquer site de busca, para se notar a parcimônia, para não dizer a quase inexistência, de estudos científicos, com fundamento teórico, sobre a cidade.

Para fins de definição neste trabalho sempre que se utilizar o termo “região”, quando não houver qualquer ressalva, se estará referindo aos municípios da Região dos Lagos (que são oito): Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras e Saquarema.

Essa delimitação se faz relevante por que ao longo de muitos anos a realidade da Região do Lagos foi “relegada a segundo plano”, no que diz respeito à pesquisa e análise de dados sobre o movimento de expansão, desenvolvimento e integração fática de seus Municípios.

Aparentemente, pouca coisa nova realmente se produziu na última década sobre o desenvolvimento dos municípios da Região.

Com a queda do preço do barril do petróleo no mercado internacional, que chegou a menos de US\$ 50, nos últimos vinte e quatro meses, a estimava é que os repasses dos *royalties* aos municípios da região tenham uma redução de 30% a 40%, sobre os valores obtidos no ano de 2014. O primeiro sinal desta redução já foi sentido pelos municípios. Todos obtiveram um decréscimo na arrecadação de estimativamente 20%, referente ao pagamento de outubro a janeiro.

Um documento foi assinado pelos Prefeitos da Região dos Lagos em um encontro sediado na cidade de Búzios¹ em fevereiro de 2015 e no expediente foram indicadas metas para garantir compromissos com os investimentos na região. Essa

¹ Nesta reunião, foi apresentada uma ata de intenções que estabelece metas para assegurar o desenvolvimento econômico da região, que está sendo diretamente afetada pela crise mundial do petróleo. O barril, “que em julho de 2014 estava cotado a US\$ 103,67, caiu para apenas US\$ 54,46. Com isso, o repasse dos royalties foi reduzido, provocando perdas de 25% a 35% das receitas municipais”, de acordo com o documento. O impacto da crise se reflete também no aumento do desemprego nesta indústria petrolífera, impulsionando problemas sociais. O documento, que foi assinado por todos os prefeitos e autoridades presentes, foi entregue ao secretário Júlio Bueno e será também encaminhado ao Governo Federal. Dentre as medidas anunciadas, foi decidida a formação de um Núcleo de Desenvolvimento Regional composto pelos representantes políticos dos municípios de Búzios, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Quissamã, Carapebus, Campos dos Goytacazes, e São João da Barra. Disponível em: <<http://www.buzios.rj.gov.br/detalhenoticia.aspx?id=200f6dc7-d6a4-44a5-bd2d-6b6ce359865a>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

iniciativa não teve andamento. Nasceu e morreu em poucos meses. E o problema financeiro continua grassando sobre a cidade de Cabo Frio.

Sem a correta compreensão dos aspectos históricos que atualmente se refletem sobre o presente do Município, pouco resta ao gestor público fazer para minimizar os efeitos da redução de repasses financeiros à cidade. Será levado ao sabor do vento como uma aeronave sem radar.

No início do ano de 2016 o Município de Cabo Frio imergiu em uma crise sem precedentes, o funcionalismo público não recebeu sua remuneração mensal tempestivamente, existe crise na saúde, com a paralisação das unidades de pronto atendimento da cidade, a estrutura administrativa da prefeitura foi reduzida a apenas nove Secretarias, enfim, vários aspectos negativos que em um primeiro momento contradizem a nova caracterização de polo de desenvolvimento ou aglomeração urbana relevante, digna de estudo e acompanhamento, conforme preconizado pelo IBGE na obra acima referida.

No entanto, somente tendo a compreensão histórica de onde o Município saiu em termos financeiros, socioeconômicos, demográficos entre outros aspectos, é que se poderá categorizar corretamente a cidade, e sua relevância em termos de polo atrativo local de desenvolvimento.

Nesse sentido, a presente pesquisa procura inovar em um aspecto, os dados laborados sobre a cidade ainda não foram objeto de sistematização e nem mesmo os aspectos conceituais e teóricos sobre essa nova categorização recebida pela cidade “aglomeração urbana”, foram ainda delimitados e conhecidos.

O objetivo geral desta dissertação é justamente analisar as transformações socioespaciais do Município de Cabo Frio, em especial aqueles referentes aos processos de reestruturação produtiva. A pesquisa buscará compreender como se processaram as transformações sociais, econômicas, demográficas no Município que fizeram o IBGE categorizar a cidade como a cidade polo dessa nova aglomeração urbana.

Como objetivo específico o trabalho buscará compreender como se desenvolveu a dinâmica urbana da cidade de Cabo Frio, agora com foco nas

transformações demográficas e no perfil funcional do Município dentro da Região.

Outro objetivo específico será a descoberta e indicação dos modernos fundamentos teóricos que efetivamente tornam o município de Cabo Frio o polo de uma aglomeração urbana. Fundamentos estes aparentemente não esclarecidos pelo IBGE em sua publicação.

Por fim, ainda por conta dos objetivos periféricos a pesquisa analisará o papel da nova aglomeração urbana, e como a cidade de Cabo Frio poderia contribuir no cenário regional para a governança interfederativa, com base nas disposições do novo Estatuto da Metrópole, em função de um problema regional que afeta não só sua própria tessitura urbana, como também outros municípios vizinhos, a saber: o problema do saneamento da lagoa Araruama.

Escolheu-se, metodologicamente esse problema regional específico, pois os conceitos utilizados para sua abordagem, teoricamente, a outros problemas regionais, como o recolhimento e tratamento do lixo urbano, consórcios, transporte, saúde, entre outros, que por questão de espaço e compreensão, não serão abordados nesta pesquisa.

O resultado da pesquisa deverá demonstrar que não apenas os aspectos demográficos e de contiguidade física bastam para se considerar uma nova cidade como aglomeração urbana. Demonstrará a existência de outros fatores, conceitual e cientificamente estabelecidos, a partir dos quais uma aglomeração urbana pode ser tecnicamente considerada como tal.

A presente dissertação se limitará a analisar os conceitos e fundamentos teóricos não levados em consideração e nem mesmo explicitados pelo IBGE em sua publicação “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil”, para categorizar o Município de Cabo Frio como uma aglomeração urbana, além daqueles informados: densidade demográfica e contiguidade. Bem com analisar o processo de reestruturação produtiva do Município de Cabo Frio a partir dos anos de 1990 a 2010. Período este em que a influência dos royalties do petróleo se fez sentir com mais intensidade.

Partindo do princípio de que Cabo Frio foi alçado à categoria de Aglomeração

Urbana pelo IBGE, necessário se faz conhecer os fundamentos teóricos dessa categorização. E a análise de fatores endógenos à cidade para se comprovar sua relevância institucional.

Na obra editada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ajustar) não se vislumbra qualquer referência aos processos internos de mudança sócioespacial, e nem mesmo aqueles relativos à reestruturação produtiva das cidades.

Seguindo a lógica da própria publicação pergunta-se como acompanhar eventuais transformações de um ambiente do qual não se possui quaisquer registros?

Beira ao contrassenso a sugestão de acompanhamento da nova “Aglomeração Urbana” de Cabo Frio quando o próprio instituto não possui histórico e nem mesmo análises, teoricamente fundamentados, sobre a realidade de seu objeto.

A cidade caracteriza-se como um multiforme campo de estudos. Vários aspectos poderiam ser escolhidos repetidamente como objeto sem, contudo, esgotarem-se as possibilidades teóricas de enquadramento do mesmo tema, sob ângulos e alcances diferentes.

A presente pesquisa aprofundou um ponto que teoricamente não foi abordado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que se mostra extremamente relevante para os estudos de planejamento regional e gestão de cidades: A questão atualmente recorrente da aglomeração de cidades de pequeno porte e mesmo médio porte.

Será esclarecido, fundamentadamente, no percurso deste trabalho que aglomeração é um conceito mais abrangente do que simplesmente reunião ou junção física de cidades específicas. É mais do que densidade demográfica, ou expansão do território.

Ao ler a obra do IBGE, já referida, o estudante poderia ter a falsa impressão de que aglomeração urbana se refere especificamente a fatores exógenos à cidade. Ou ao contrário a fatores internos. O referencial teórico, nacional e estrangeiro, que

será utilizado esclarecerá em grande medida o correto enquadramento conceitual do termo.

O fenômeno conhecido como “aglomeração urbana” passou a ser observado, segundo decorre do próprio estudo do IBGE passou a ser mais comum a centros urbanos de pequeno porte. A nova dinâmica urbana que as cidades experimentam atualmente, fato que se percebe pela rápida mobilidade que as localidades experimentam. Crescimento das cidades em detrimento da expansão demográfica rural. Esse processo pode ser percebido claramente no município de Cabo Frio.

A compreensão dos fenômenos narrados se afigura de considerável relevância para uma região que não possui nenhum tipo de trabalho científico sistemático sobre sua realidade

Este subitem detalhará os métodos a serem empregados na dissertação, definirá o tipo de pesquisa a ser realizada, o universo da mesma, bem como se pontuará a amostra a ser selecionada. Cuidará, ainda, dos dados especificando a forma de coleta e o tratamento a que se submeterão.

Classifica-se a presente pesquisa com base nos critérios taxionômicos apresentados por Vergara (2007, p. 47), qualificando-a quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins a pesquisa será descritiva, pelo fato de expor as características de determinado fenômeno (Idem, p. 47). No presente caso haverá a exposição e análise de dados relativos à evolução da reestruturação produtiva ocorrida no Município de Cabo Frio ente os anos de 1990 a 2010, sob a perspectiva do incremento orçamentário paulatino dos royalties do petróleo na economia da cidade. Bem como a exposição e análise das transformações socioespaciais ocorridas no Município no mesmo período, objetivando a compreensão dessa nova caracterização técnica da cidade como aglomeração urbana.

Quanto aos meios à pesquisa será bibliográfica e documental, constituída principalmente de livros, manuais, artigos científicos, periódicos e assemelhados, visto que permite a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla.

Embora a pesquisa documental se assemelhe à pesquisa bibliográfica, aquela

permite que se tenha acesso a documentos tipo: gráficos, relatórios administrativos, documentos ou atos oficiais, entre outros, não acessíveis ao público em geral.

O método utilizado para a análise dos dados consiste no método indutivo, ou seja, partindo de princípios particulares o trabalho deverá chegar à generalização como um produto posterior de todo o labor efetuado na fase de coleta dos dados particulares. Dessa forma, se torna possível a observação dos fatos e/ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer.

Será efetuada, para fins desta dissertação, a leitura de diversos autores que manejam, entre outros, os seguintes temas: reestruturação produtiva; aglomeração urbana; produção do espaço urbano; bem como autores que tangenciam aspectos propedêuticos sobre eventuais conceitos que serão tratados nos capítulos teóricos específicos. O resumo das principais teorias e a declinação dos autores descabe neste momento, já que serão tratados de per si ao longo dos capítulos teóricos.

A pesquisa bibliográfica se distribuiu por livros, dicionários, teses ou monografias, periódicos, entre outros. Obras em língua estrangeira, esclarecedoras de determinados termos ou conceitos, também foram utilizadas com proveito.

Esse detalhamento metodológico, a confrontação teórica dos autores com os fatos, eventuais análises de resultados numéricos compilados serão devidamente organizadas por capítulos e subcapítulos ao longo desta dissertação, sempre se respeitando a ordem temática dos fenômenos ou conceitos, visando facilitar a compreensão do leitor, ou daqueles eventualmente interessados sobre aspectos específicos da cidade de Cabo Frio.

2. A CIDADE E SUAS INTERAÇÕES

Em face de todo exposto até o presente momento constata-se a necessidade de se refletir sobre a cidade não somente em termos individuais do município como ente federativo, mas a partir das relações que se formam entre as diversas unidades locais em suas interações com outros centros urbanos.

No início da década de 1960 a própria Europa sofreu influxos desse novo paradigma de expansão *territorial* urbana. Garnier e Chabot (1970, pag. 587), sugerem que “*los problemas urbanos se plantean actualmente a escala regional*”.

A nível regional-local, nota-se que a cidade de Cabo Frio se encontra abrangida pela mesma lógica conceitual. Se relaciona regionalmente com outros centros urbanos que também se encontram em franca expansão. (Souza 2003, p.50) define de modo sensível o novo enquadramento analítico “nenhuma cidade existe totalmente isolada, sem trocar informação e bens com o mundo exterior”.

Quaisquer análises sob o pálio do Desenvolvimento Regional devem levar em consideração esse aspecto, *a unidade de estudo é a rede urbana* (SANTOS, 1996, p.81).

2.1: PARA ALÉM DA NOÇÃO DE REDE URBANA

Sem adentrar ao conceito de rede urbana, que não é objeto da presente dissertação, necessário esclarecer de plano que a integração entre cidades referida até o presente momento vai além da concepção pura e simples de rede urbana.

Este último conceito está mais adstrito à Geografia do que ao Planejamento Regional.

Eventual análise sobre fluxos e circulação, em seus mais variados aspectos, transcende a visão de rede. A eventual amplificação de fluxos se alastra e se diversifica de tal modo no espaço urbano que supera visão esquemática e geográfica de rede. Alastram-se entre escalas e perspectivas diversas.

A espacialização de dinâmicas, aqui incluídos fluxos e circulação, tende a se caracterizar mais complexas do que as notadas nas redes, segundo Sposito (2001, p.92), pelo simples motivo de que as *“[...] dinâmicas de diferentes naturezas devem ser compreendidas, cada vez menos, em função dos mosaicos produzidos pelas localizações e, cada vez mais, a partir dos fluxos estabelecidos em diferentes escalas [...]”*.

O conceito de rede formaria um mosaico em que não se refletiria a atual complexidade das interações constatadas modernamente pelos teóricos do Planejamento Regional.

Tais articulações se capilarizam para além da cidade. Para além da própria região. Refletindo-se, em algumas hipóteses, até mesmo no nível internacional. Santos (1996, p.49) reforça esse aspecto quando teoriza que atualmente vive-se em um “mundo organizado em subespaços articulados”.

Não se afirmar a inexistência de articulação em tempos passados. Se constata um novo modelo, talvez mais complexo, de interação espacial das unidades locais internamente, bem como com outros centros urbanos, pois

A cidade está cortada e ligada por redes de produção e distribuição, o que nos leva a compreender que tais funções não estão circunscritas à cidade e que a cidade não se resume ou se explica *per sí*, pois, nesses dois casos existe uma relação e mesmo uma imbricação intraurbana e interurbana. (WHITACKER, 2003, p.67).

A comprovar as conclusões acima referidas, de que os fenômenos sociais, financeiros, econômicos extrapolam os perímetros dos municípios atualmente ressalta-se a constatação de Villaça (2003, pag. 713) de que “o município não é mais a unidade territorial adequada para enquadrar o fenômeno urbano”.

O fenômeno urbano, especialmente vinculado à concepção de aglomeração urbana sob a perspectiva do planejamento Regional, se imbrica visceralmente nas concepções relacionais de fluxos e escalas, intra e interurbanos. Assim se justificaria a caracterização da cidade de Cabo Frio como o polo de uma nova aglomeração urbana. Caracterização esta que ultrapassa os conceitos meramente geográficos de enquadramento do Município em obras acadêmicas.

2.2. PROCESSOS SÓCIOESPACIAIS O FENÔMENO DAS AGLOMERAÇÕES

Processos socioespaciais se constituiriam com base na interrelação necessária entre cultura, economia e adensamento demográfico que influencia diretamente na constituição do espaço urbano. Seriam, sob a perspectiva do desenvolvimento regional, o elemento

Mediador, que viabiliza que os processos sociais originem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço... um conjunto de forças que atuam ao longo do tempo e que permitem localizações, realocações e permanência das atividades e população sobre o espaço urbano” (CORREA, 2001, p.122).

Quais seriam, portanto, as consequências dessas interações escalares sobre o espaço local e regional? Como a atuação dos agentes sociais alteram o espaço urbano do município e a posição da aglomeração urbana no cenário regional?

O fenômeno relacional “urbanização–cidade mantém-se como expressão de uma relação intrínseca e indissociável segundo Sposito (2004, p.10). Em face dos novos processos econômicos a demografia das cidades passa por uma profunda transformação em seu processo de expansão e contração urbanas. A dinâmica de

expansão territorial, como se frisou em capítulo anterior, passa a ser descontínua, os fluxos se intensificam entre cidades e a interação tende a ser cada vez mais complexa. Assim o Desenvolvimento Regional tem um novo desafio

Apreender a natureza dessa relação (cidade-urbanização), no mundo contemporâneo, quando já não temos mais a cidade como unidade espacial, como territorialidade contínua, como morfologia integrada, e, portanto, quando as relações entre cidade e seu conteúdo não se expressam, de forma clara, através de formas espaciais que possam ser facilmente distinguidas daquelas que definem a morfologia rural. (SPOSITO, 2001, p.84).

Nota-se que as duas escalas (intra e interurbana) estão visceralmente ligadas. Somente compreendendo essa nova perspectiva relacional se pode acompanhar o desenvolvimento local e compreender como a cidade se insere neste novo espaço a partir suas interações regionais. Os fenômenos tipicamente urbanos dentro dessa moderna dinâmica relacional complexa ultrapassam os limites territoriais dos municípios.

Constata-se, deste modo, a relevância das interrelações entre escalas e dessa dinâmica relacional para a compreensão da nova realidade municipal em face das teorias do Desenvolvimento Regional.

2.3: CONCEITUAÇÃO DE AGLOMERAÇÃO URBANA SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como informado anteriormente o conceito de aglomeração urbana até o presente momento era toma sob a égide de ramos do conhecimento diversos: como a geografia, a demografia, entre outros.

Contudo, para presente dissertação estipulou-se o desafio de se abordar e justificar teoricamente o conceito de aglomeração urbana sob a perspectiva do planejamento regional.

Passam-se a tecer alguns comentários sobre a teoria existente relativa ao conceito de aglomeração urbana, suas distinções e definições análogas que por vezes se confundem, mas expressam fenômenos totalmente distintos, do ponto de vista ontológico.

Um desses conceitos semelhantes, mas que expressa valor analítico totalmente diferente, é o de aglomerado urbano. Aglomerado urbano não se confunde com aglomeração urbana. Aglomerado pode ser considerado como algo que está junto, é basicamente um adjetivo tomado por analistas superficiais como aglomeração.

Aglomeração, teoricamente, é o efeito de se aglomerar segundo o Dicionário Aurélio.

Constata-se então que existe uma profunda significação destoante entre a categorização de aglomeração urbana e o de aglomerado urbano, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de acordo com a detalhada percepção de Matos (2000), segundo o qual

Aglomeração urbana é um conceito de uso relativamente recente no Brasil. Reporta-se a um conjunto de pessoas ou atividades que se concentram em espaços físicos relativamente pequenos, daí a sua acepção mais eminentemente urbana, não rural. Todavia, em função da dimensão físico-territorial que lhe é subjacente, acaba por se diferir de 'aglomerado' urbano, conceito já incorporado pelo IBGE em seus últimos levantamentos censitários, e que se refere, inclusive, a assentamentos urbanos não localizados na sede municipal (cidade), portanto fora do perímetro urbano, em áreas legalmente definidas como rurais.

Em seu artigo, Matos (2000), afirma que o IBGE ainda labora sob a égide da compreensão estritamente geográfica dos conceitos. Mas que diferencia de modo claro aglomerado de aglomeração urbana. A confusão se forma ao se caracterizar e diferenciar os conceitos especialmente pela sua ocorrência em área urbana ou rural.

O conceito, apesar do avanço experimentado, ainda se encontra atrelado à perspectiva geográfica ou demográfica de análise, segundo o autor

Pode-se supor que os aglomerados urbanos ao se expandirem muito e ultrapassarem certos limites e tamanhos”, conformariam uma outra unidade territorial, a aglomeração urbana. Esta, por sua vez, associa-se de perto ao termo metrópole, o qual, em sua acepção urbana moderna (disseminada no interior do planejamento urbano, enquanto área de conhecimento) nos remete a existência de uma área urbana relativamente extensa abrangendo mais de um município, a “região metropolitana. (MATOS, 2000)

Do ponto de vista do Planejamento Regional existe uma diferenciação complexa entre os conceitos, e que extrapola os limites do enquadramento geográfico da definição.

Neste diapasão, um aglomerado urbano apresentaria “[.] *um mínimo de atividades centrais, sejam religiosas, administrativas, políticas, sociais ou econômicas [...]*”. (VILLAÇA, 2001, p.52). A definição ainda seria incompleta, pois outros autores, de igual modo, reconhecem a dinâmica social mencionada nas aglomerações urbanas. Aglomerado seria o núcleo central da cidade, neste caso. Não se distingue a aglomeração urbana que se referiria a esse tipo de dinâmica sócio espacial.

Tal confusão conceitual se encontra presente nos estudos mais antigos sobre o tema, a título de exemplo cita-se Deffontaines (2004, p.119), que utiliza em seu artigo indistintamente os termos aglomerado e aglomeração.

Falando acerca da colonização do interior de São Paulo e do pioneirismo dos fazendeiros do Estado, em se aventurar por áreas rurais desconhecidas Monbeig (1998) lança mão indistintamente das expressões aglomeração e aglomerado.

Logo, constata-se ao menos duas acepções para a expressão aglomeração urbana, a saber: uma, mais antiga, que se refere a essa concentração de pessoas em espaços urbanos compactos (Matos), e outra, sob a perspectiva do Desenvolvimento Regional, conceito mais amplificado onde o urbano se caracteriza pelas complexas relações que envolvem regionalmente uma cidade e outros municípios que se ligam a ela do ponto de vista social, econômico, geográfico e cultural.

No ano de 2003 os autores Lévy e Lussault, em verbete do *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, deram um passo importante para a moderna conceituação de aglomeração, segundo eles o conceito retrataria

En géographie, les agglomérations sont généralement définies par la continuité du bâti : les constructions doivent être « suffisamment » proches les unes des autres pour que, ensemble, elles forment un tout perceptible dans le paysage. (...) Les limites paysagères des agglomérations correspondent rarement aux limites abstraites des circonscriptions administratives : la plupart des agglomérations n'occupent qu'une partie de leur commune, mais un grand nombre d'entre elles s'étendent sur plusieurs communes ou parties de communes.

Apesar de ainda muito vinculada à geografia existe um avanço considerável na definição quando afirma que a aglomeração extrapola os limites da circunscrição político-administrativa de apenas um município.

O conceito de aglomeração começa a se modificar a partir dos séculos XIX e XX, quando os centros urbanos experimentam crescimento considerável em sua população urbana que favoreceu a dispersão da cidade pelo território das comunidades.

Matos (2000) corrobora esse entendimento. Ao dissertar sobre o tema informa que

Até 1950 a rede urbana brasileira era fragmentada, esparsa, desarticulada, nucleada em faixas próximas do litoral, fortemente associada às heranças da economia primário-exportadora dos séculos anteriores. Contudo, desde então sua evolução ganhou desenvoltura e complexidade, abrangendo cidades de diversos tamanhos, além dos centros metropolitanos, em meio a uma expansão sem precedentes da malha viária [...] não deixa dúvidas sobre o dinamismo da urbanização nos anos 50 resultantes das altas taxas de crescimento vegetativo da própria população urbana e da impressionante contribuição das migrações internas de tipo campo-cidade. A modernização industrial, alguns dos resultados do Plano de Metas (como a expansão rodoviária e a construção de Brasília), o início da modernização agrícola junto a ocupação de novas fronteiras de recursos acompanhavam esse dinamismo. A partir de fins dos anos 60 e década de 70, a expansão da economia brasileira e os próprios efeitos inerciais do crescimento demográfico (derivados da transição da mortalidade) favoreceram diretamente o surgimento de várias aglomerações urbanas, fazendo

expandir a rede urbana e delineando um processo consistente de interiorização do desenvolvimento

De acordo com Villaça (2001) determinadas cidades relevantes da Europa, Londres e Paris, por exemplo, demonstraram um crescimento considerável para além de seus limites administrativos em meados do século XIX. Tal processo nas Américas, segundo ele, iniciou nos estados Unidos e posteriormente no Brasil na década de 1920.

O autor acima referido, analisando algumas regiões metropolitanas do país, chega a uma conclusão interessante, uma cidade absorve outra quando passa a desenvolver com ela uma intensa vinculação socioeconômica” (Villaça, 2001, p.51).

Vislumbra-se o substrato do moderno conceito de aglomeração urbana sob a ótica do Planejamento Regional, conforme antecipada no capítulo 1, que seria todo procedimento relacional, a partir e com fundamento na ampliação dos fenômenos sócioespaciais diversos, que viabiliza a expansão dos fluxos intra-urbanos e regionais, com a extrapolação dos fenômenos urbanos para além das fronteiras dos municípios, com repercussão regional, com o reconhecimento paulatino da ampliação do próprio tecido urbano.

Esta sugestão conceitual seria a primeira contribuição desta dissertação para os estudos sobre aglomeração urbana a partir da perspectiva do Planejamento Regional

2.4. POR QUE AS CIDADES SE AGLOMERAM?

Nos processos de aglomeração urbana parte-se do princípio de que cidades interligadas econômicas, social, e demograficamente se articulam como se fossem um mesmo centro urbano, pode-se concluir neste caso, regional.

Segundo Matos (2000) as “aglomerações urbanas”, em termos estatísticos, passam a ser constituídas por grandes centros urbanos, enfatizando particularmente os municípios centrais e periféricos das áreas metropolitanas. Os critérios que

orientaram a identificação desses espaços, inspirados na experiência internacional, procuram privilegiar as características demográficas e os elementos de estruturação e integração que perpassam tais áreas.

Neste sentido, é interessante uma pequena explicação sobre os conceitos de continuidade e contiguidade das cidades. Segundo Ultramari e Moura (1994, p.128), a *contiguidade da mancha de ocupação*, se refere à extrapolação dos fenômenos relacionais para além das fronteiras de um município.

De acordo com a categorização de Lévy e Lussault (2003) em seu dicionário de geografia a *continuité* seria a característica de um espaço único, sem lacunas, e a *contigüité* estaria ligada a uma situação de proximidade, sem se tratar de um mesmo espaço contínuo.

Nos espaços contínuos a expansão do território de uma ou várias cidades forma uma única mancha urbana. Nos espaços contíguos a interação se dá por intermédio da complementariedade de funções, sem que haja continuidade espacial. Nestas hipóteses os fluxos são preponderantes.

Segundo Sposito (2004) muitas vezes

A descontinuidade territorial é possível porque a continuidade espacial se fortalece por meio de ampliação de infraestruturas de circulação e comunicação (sistema viário, sistema de fornecimento de água ou captação de esgotos, redes de telefonia, televisão e internet etc) e pela difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos (veículos automotivos, antenas, microcomputadores etc). (p.204)

Esta última definição explica resumidamente os fatores que servem de substrato à aglomeração das cidades. Tal definição se encontra de acordo com os conceitos mais modernos dos estudos de planejamento regional. Trata-se do mesmo enquadramento conceitual dos autores estrangeiros, mas sob perspectiva inversa.

Interessante trazer à colação a definição de aglomeração urbana cunhada por Ultramari e Moura (1994, p.125), segundo eles: “[...] representa o espaço de comutação diária entre cidades, isto é, o desenvolvimento de relações

interdependentes entre duas ou mais áreas urbanas, compondo um fenômeno único [...]”.

Villaça (2001), denomina a comutação referida como sendo *intensa vinculação* diária entre as cidades, no que respeita às suas diversas interrelações *socioeconômicas*.

Constata-se do exposto que pode surgir no seio do processo de aglomeração das cidades o fenômeno da dependência interrelacional, ou da complementariedade de funções. Segundo Sposito (1996), a aglomeração surgiria como fenômeno resultante da “expansão da cidade maior”.

A aglomeração urbana não pode ser confundida com conurbação. Segundo Ultramari e Moura (1994, p.128), conurbação seria “mais difícil de se constatar nas atuais Regiões Metropolitanas brasileiras, pois indica o crescimento, em termos espaciais, de dois ou mais municípios contíguos, evidenciando mais uma complementariedade de funções e menos uma dependência”.

Geralmente nas relações de dependência os municípios periféricos se vinculam a um centro urbano mais próspero e complexo. Descortinam-se diversos graus ou níveis de subordinação ou dependência e podem caracterizar a existência de uma cidade central.

No que diz respeito à Região dos Lagos nota-se que a cidade de Macaé passa a ser considerado o centro para o qual convergem as interações e interrelações de fluxos de todas as ordens, principalmente as econômicas. De acordo com Monié (2001) a atividade petrolífera alçou aquele município ao patamar de centro regional, segundo o autor

O desenvolvimento das atividades petrolíferas e para-petrolíferas provoca mudanças expressivas na cultura regional, colocando em evidência um processo de diferenciação sub-regional quanto à vontade a capacidade de se inserir na modernidade. O município de Macaé é o “*locus*” das maiores transformações em decorrência de sua posição central de polo econômico e logístico da indústria petrolífera. (p.270)

Como também pode ser observado que em diversas hipóteses a relação de dependência não é tão grande, pois eventuais núcleos periféricos urbanos possuem um conjunto de serviços e infraestrutura que supre a necessidade de parcela significativa de seus habitantes, que somente dependeriam de serviços bem específicos da cidade central.

A realidade da cidade de Cabo Frio, neste ponto, será avaliada em capítulo específico.

Consoante amplamente debatido constata-se que uma aglomeração urbana necessariamente não depende da continuidade territorial de municípios, ou de tecidos urbanos, para ser caracterizada. As relações de fluxos, e sua intensidade, entre as unidades municipais bastam para caracterizá-la.

Outro fator caracterizador das aglomerações seria a movimentação de pessoas que tendem a se deslocar para trabalho ou estudo nas cidades centrais da região. A contiguidade espacial caracterizaria a aglomeração.

Existem dois conceitos que serão abordados tangencialmente mais que reforçam a teoria exposta até o presente momento. Segundo Santos (2006) o entendimento dos conceitos de horizontalidades e verticalidades contribuiria para o entendimento de como Cabo Frio se enquadra como aglomeração urbana. Afirma o autor, reforçando a constatação de Monié, acima transcrita, que

As horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente. (p. 284)

As agregações espaciais se caracterizariam por intermédio das horizontalidades (fenômenos locais) e das verticalidades (fenômenos esparsos, mas relacionados entre os municípios).

Outro conceito simples, contudo, bastante importante é o conceito de eixo, Whitacker (2006, p.132) afirma “eixos são também um dos elementos que permitem a análise da cidade no plano da rede e na articulação da escala intraurbana e interurbana”. Não só os fluxos seriam importantes do ponto de vista analítico da expansão urbana, mas também os eixos. Especialmente nas zonas litorâneas como é o caso da cidade de Cabo Frio.

Neste ponto, ressalta-se o eixo de desenvolvimento. Hernández (1998) (apud Sposito, 2007, p.8), define o conceito como uma: “[...] *cadeia de núcleos urbanos, de diferentes tamanhos, situados ao longo de uma via de transporte de alta capacidade que estimula a localização da atividade industrial e facilita o estabelecimento de relações funcionais internas. [...]*”.

Constata-se o que os autores que escrevem sobre a Região do petróleo já detectaram, ou seja, um recente fenômeno de aglomeração urbana caracterizado por infraestruturas econômicas, de produção e investimentos que suportam aglomerações contíguas.

Segundo Costa (2003) em termos de aglomeração urbana “qualquer que seja a escala assumida pelo respectivo processo de urbanização, refere-se a uma realidade sócio-espacial-econômica-ambiental-funcional”.

Concluindo esta exposição teórica, nota-se que a expressão aglomeração urbana pode ser entendida como o fenômeno de articulação entre grupos de cidades, para fora de seus limites territoriais administrativos.

Tal processo prescinde de continuidade demográfica e territorial.

Eventuais fluxos de informações e mercadorias, bem com deslocamentos rotineiros das populações, caracterizam a interrelação das cidades que fazem parte da aglomeração urbana.

Atualmente, por conta de fatores econômicos principalmente, existe uma tendência à aglomeração. As áreas urbanas são cada vez mais descontínuas e distantes dos centros urbanos históricos. Este processo atinge não só as grandes, mas também as cidades de pequeno e médio portes.

Por fim, de acordo com a teoria exposta, fica claro que as aglomerações urbanas podem variar em suas formatações.

Eventualmente podem ser configuradas em eixos, como no caso das regiões litorâneas. E podem apresentar aspectos de dependência ou complementariedade.

Desta forma encerra-se a discussão teórica sem, contudo, pôr fim à discussão em relação a outros aspectos eventualmente não abordados neste trabalho.

As análises específicas sobre o Município de Cabo Frio e eventuais conclusões serão trabalhadas nos próximos capítulos dessa dissertação.

Necessário esclarecer que na parte cartográfica que será exposta se utilizou, dentre outros recursos, figuras de satélite disponibilizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que utiliza imagens do satélite Landsat 5 e 7, e do GoogleEarth que utiliza imagens Quickbird, as quais possuem uma resolução mais precisa.

3. AGLOMERAÇÃO URBANA: RELAÇÕES TEÓRICAS

O tema relativo à conceituação e ao entendimento sobre o que seja uma aglomeração urbana, bem como sobre todas as consequências das interrelações que se formam entre os centros urbanos de pequeno e médio porte com os grandes centros, ganha relevância atualmente pelo fato de que a “população urbana no Brasil já ultrapassa a marca dos 80%, um contingente de 40 a 50% da população das grandes metrópoles brasileiras vive na informalidade e, em média, 20 a 40% moram em favelas, nos principais centros metropolitanos (MARICATO, 2008).

Dentre os diversos aspectos que em tese podem ser abordados relativamente à estruturação e desenvolvimento das cidades, e tendo em vista que será buscada, do ponto de vista teórico, a justificativa do fenômeno relativo à conceituação da cidade de Cabo Frio-RJ como sendo o polo de uma aglomeração urbana - de acordo com a classificação do IBGE no trabalho “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil” – optou-se trabalhar neste capítulo sobre os conceitos que caracterizam inicialmente uma aglomeração urbana.

De outro modo, o que torna o conhecimento das bases teóricas dessa caracterização de alguma forma interessante e útil é o fato que uma grande quantidade de cidades de médio, e mesmo de pequeno porte, se aglomeram por fatores diversos: econômicos, educacionais, turísticos e etc.

No transcurso do presente trabalho, especialmente nos capítulos teóricos de ingresso, se buscará sugerir uma outra ótica de se caracterizar o conceito de aglomeração: como a aproximação articulada, em diversos níveis e setores, de centros urbanos ligados por diversos fatores. Neste ponto, a sugestão conceitual

procurará alcançar a compreensão de que o conceito de aglomeração urbana transcende à questão populacional e eventualmente demográfica.

Pelo contrário, vai além, e pode ser entendida como um delicado e complexo processo articulatório de fluxos e em alguma medida expansão do próprio fenômeno da urbanização, em um primeiro momento.

O fenômeno da urbanização, quando se refere a grandes centros ou metrópoles, transcorre de um modo relativamente comum. A população urbana se adensa por conta de fatores intraurbana, que serão esclarecidos em item próprio, frequentes e rotineiros, e a ampliação da urbe acontece quase que naturalmente.

Aparentemente não acontece do mesmo modo com as cidades de pequeno e médio porte, que possuem geralmente o fator econômico como preponderante, nele entendido a própria reestruturação produtiva da coletividade em determinado período. Monié, (Op. Cit. p. 266) se referindo especialmente às novas dinâmicas da segregação sócioespacial das cidades médias e pequenas da Região dos Lagos, afirma que

O desenvolvimento da exploração do petróleo na Bacia de Campos provocou, em segundo lugar, uma transformação radical e rápida da estrutura produtiva e do mercado de trabalho. Os impactos sociais e espaciais desta mutação revelam-se particularmente desiguais, pois observa-se, ao mesmo tempo, o enriquecimento de parte da população e o afluxo de trabalhadores pobres sem qualificação.

Constata-se das considerações transcritas que no caso particular da Região dos Lagos, que se constitui de cidades pequenas, o processo de urbanização, que reflete diretamente no perfil funcional do município dentro da Bacia de Campos, é fortemente alavancado e influenciado pela dinâmica de fluxos da indústria petrolífera.

3.1: FLUXOS E CIRCULAÇÃO SOB A ÓTICA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Seria quase redundante repisar o argumento de que o processo de urbanização vem se tornando dia a dia mais complexo por força dos múltiplos fatores que se emaranham em sua formação e desenvolvimento.

Dente esses fatores, como já mencionado, no caso particular da Cidade de Cabo Frio, os fluxos derivados de todo o sistema que dão suporte à cadeia petrolífera impactam diretamente não só na migração campo-cidade, mas também, por força da modernização dos sistemas de transporte e comunicação, na chegada de migrantes de todas as partes do país e mesmo do exterior.

Tais aspectos geram notáveis mudanças no relacionamento da cidade com os outros centros urbanos ao seu redor, e mesmo a nível nacional e internacional.

Segundo Piquet (2010) se referindo às cidades que são vinculadas à Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO), dentre elas Cabo Frio, verifica-se

Que esses municípios, de dimensões populacionais bastante diferenciadas e predominantemente rurais em 1950, detinham, em 2000, índices de urbanização superiores aos da média nacional. Alguns se tornaram quase exclusivamente urbanos, como os de Armação de Búzios e Macaé. Quissamã e Carapebus (áreas de antigas usinas de mesmo nome e antes pertencentes ao município de Macaé), cujas populações urbanas não atingem juntas 15 mil habitantes, tem um componente “urbano” elevado, o que permite inferir que se trata mais de uma concentração de trabalhadores rurais nas periferias dos núcleos urbanos. (p. 83).

Neste diapasão, agora manejando dados estatísticos, Piquet (Op. Cit.; p. 84) informa que Cabo Frio, em 1950, de um total de 16.217 habitantes, registrava em sua área rural a quantidade de 6.557 pessoas (41 por cento do total de habitantes) residindo fora do centro urbano. A população urbana neste mesmo período era de 9.619 pessoas (59 por cento do total de habitantes).

Curiosamente, no ano 2000, de um total de 126.928 habitantes, o número daqueles que viviam na área rural era de 20.591 pessoas (16 por cento do total de habitantes), e o número daqueles que viviam na área urbana era de 106.237 pessoas (84 por cento do total de habitantes).

A exemplo de Cabo Frio, a partir do fenômeno do êxodo rural (deslocamento de pessoas do campo para a cidade), muitos municípios experimentaram um incremento populacional urbano considerável.

Tais modificações estruturais no modelo de produção das cidades, especialmente a partir da década de 1990 na Região do Lagos, a rede urbana dos municípios limítrofes sofreu uma profunda modificação.

A partir de 1997, com a Lei do Petróleo (que, além de mudar o cálculo quanto ao recebimento dos *royalties* e participações especiais, determinou também o fim do monopólio estatal), o quadro regional mais uma vez se modificou, pois deslocaram-se para Macaé novas petroleiras, que ao lado da Petrobras, passaram a operar diretamente na produção *off-shore*...desde então o clima de euforia e otimismo quanto às perspectivas das empresas locais tornaram-se fornecedoras da indústria petrolífera é de tal ordem que dificulta a avaliação de suas reais possibilidades (Piquet. Op Cit., p. 88-89).

Neste sentido, segundo a conclusão do IBGE² para efeito de desenvolvimento regional, a Região dos Lagos se encontra visceralmente ligada à Região Norte Fluminense, especialmente ao município de Macaé

Como referido anteriormente, as atividades *industriais* do setor petrolífero, com suas consequências positivas e negativas concentram-se em Macaé. Os demais municípios da região são beneficiados pelos efeitos indiretos: aqueles advindos do recebimento de *royalties* e das participações especiais, assim como os decorrentes do aumento da demanda agregada, provocado pela oferta ampliada de postos de trabalho de elevada remuneração (PIQUET, 2010, p. 89)

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

Dentro da finalidade proposta a autora esclarece de modo contundente e relevante para a presente análise dos fluxos intrarregionais, relativamente à instalação de grandes empresas do setor petrolífero no Norte Fluminense, especialmente na cidade de Macaé, o impacto sobre a reestruturação produtiva das cidades da Região dos Lagos, detidamente sobre Cabo Frio. Análise que será retomada em tópico específico.

Tais transformações vivenciadas pela Região do Lagos nas décadas imediatamente precedentes como a reestruturação produtiva, incremento no desenvolvimento de infraestrutura, investimentos públicos, entre outros fatores, reconfiguraram de certo modo a rede urbana nacional, amadurecendo e redefinindo o conceito de fluxo.

Segundo o IBGE, consoante dados disponíveis no Censo Demográfico do ano de 2000, aproximadamente de 80% da população nacional habita os espaços urbanos. De acordo com a análise de Souza (2003, p.19) o “Brasil é, realmente, um país predominantemente urbano, e que se urbaniza mais e mais, em grande velocidade”.

Independente de fatores e critérios de análise, a amplificação do fenômeno da urbanização se faz importante especialmente quando se considera o fenômeno como possuindo uma dimensão maior até mesmo sobre o tempo e o espaço, sobre as edificações, ligando-se essencialmente ao corpo social.

Ao trabalhar o tema relativo à *sociedade urbana* Lefebvre (1999) demonstra esse caráter *transcendental* ao destacar o papel do desenvolvimento da industrialização sobre eventuais transformações sofridas pela sociedade, que a partir da modificação de valores e conseqüentemente de suas ações, se torna mais e mais urbana.

Monié (2001) utilizando uma expressão cunhada por *Piquet* (1990) pondera

Que nas cidades da Região dos Lagos os impactos do “choque modernizador” se dissolvem numa realidade mais complexa, pois esta franja metropolitana passa há cerca de duas décadas por uma reestruturação radical e veloz, ligada ao desenvolvimento das atividades turísticas e de

uma economia residencial que já moldaram os contornos de uma nova sociedade. (p. 270),

Várias e rápidas transformações (fenômenos e processos) que diziam respeito e ocorriam apenas em cidades grandes, começam a ser percebidos em cidades de menor porte.

Obviamente a complexidade de tais fenômenos, em áreas física e populacionalmente reduzidas, minimizam de igual forma dimensão deles.

O crescimento populacional e suas formas, a mudança na estrutura socioespacial das cidades, o aumento dos núcleos urbanos, a própria reestruturação produtiva local, e etc., andaram relegados a segundo plano nas cidades de menor porte. Neste ponto os estudos e teóricos do desenvolvimento regional avançaram bastante nos últimos anos ao se preocupar com a correta conceituação dos fenômenos e com os fatores de transformação do tecido urbano.

Deste modo, adiantando um pouco a conceituação que será trabalhada seguir pode-se considerar desde logo, a primeira categorização importante e que emerge da análise de todos os conceitos laborados até o momento: aglomeração poderia ser entendida como todo procedimento relacional, a partir e com fundamento na ampliação dos fenômenos sócioespaciais diversos, que viabiliza a expansão dos fluxos intra-urbanos e regionais.

Em resumo poderia ser considerada a extrapolação dos fenômenos urbanos para além das fronteiras dos municípios, com repercussão regional, com o reconhecimento paulatino da ampliação do próprio tecido urbano.

Esta categorização, aparentemente, se encontra ausente na formulação do IBGE que considerou Cabo Frio como uma aglomeração urbana. A caracterização dos agrupamentos se deu basicamente sob a égide de conceitos geográficos e populacionais, descurando dos aspectos e da conceituação recente relativos àqueles fenômenos vinculados ao planejamento regional.

Esse substrato conceitual é o que se buscará recuperar e lapidar ao longo da presente dissertação, como fator relevante para a compreensão das dinâmicas

existentes entre as aglomerações urbanas e especialmente entre a Cidade de Cabo Frio e cidades de médio porte da Região Norte Fluminense, especialmente com a cidade de Macaé.

O aumento considerável da população urbana³ proporciona a concentração de fenômenos (econômicos, sociais, culturais, educacionais, políticos e etc.) na esfera central da cidade, mais próxima dos fatores de produção, por outro lado verifica-se uma dispersão maior dentro dos perímetros do município na medida em que a própria área urbana se expande.

Mais uma vez se faz necessário ressaltar, do ponto de vista do favorecimento didático, que nesse primeiro momento serão lapidados alguns conceitos relevantes para o tema da dissertação: escalas (intra e interurbanas), conceito de circulação, articulação entre escalas, fluxos, entre outros.

Posteriormente serão relacionadas algumas concepções de aglomeração urbana, tendo por base a construção de teóricos recentes. E no encerramento do capítulo se cuidará da exposição pontual das conclusões conceituais.

A título de esclarecimento, necessário pontuar que eventuais discussões teóricas serão retomadas sempre no final de cada capítulo, originando, conseqüentemente, as conclusões pertinentes sobre o tema versado.

3.2: ESCALAS SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Necessário esclarecer nesta altura que o singelo mérito da presente análise sobre conceitos que já estão em debate algum tempo no mundo acadêmico se deve especialmente pelo fato de que conceitos estabelecidos sob a égide de uma perspectiva específica, para não usar a expressa ramo do conhecimento, será interpretada com fundamento em teóricos ligado ao campo do desenvolvimento e planejamento regional.

³ De acordo com o IBGE-SIDRA a população brasileira que reside em áreas urbanas, possui a seguinte dinâmica: em 1940 era de 31,2%; em 1950 era de 36,1%; em 1960 era de 45,1%; em 1970 era 55,9%; em 1980 era de 67,6%; em 1991 era de 75,5% e no ano de 2000 era de 81,2%.

Até bem pouco tempo os teóricos utilizados para análise dos conceitos de fluxo, escalas e mesmo aglomeração urbana eram todos, ou quase todos da Geografia. Algumas obras dessa disciplina ainda serão utilizadas neste trabalho, pois se encontram em um meio termo entre geografia humana e econômica e planejamento regional. Mas, certamente, a análise e as correlações serão direcionadas pela perspectiva do planejamento e desenvolvimento regional.

O próprio IBGE ao lançar uma base teórica para a obra “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil” (2015) se baseou em teóricos da década de 1970, e que, em última análise, se preocupam morfologicamente com conceitos que se afastam estritamente das teorias mais modernas sobre planejamento regional.

Neste sentido busca-se, mesmo que de modo introdutório, lançar as bases de uma nova perspectiva de análise sobre determinados conceitos que pertenciam exclusivamente ao campo da geografia e que ao longo de algumas décadas sofreram modulações interpretativas e de enquadramento.

Existe uma frase clássica proferida por SANTOS (2001) que pode ser tomada como propulsora para este tópico, segundo o autor vive-se uma época em que, de modo superficial e sem compromissos comprobatórios muito profundos, poder-se-ia afirmar que a circulação preside a produção.

Sob esse viés a análise de redes e fluxos seria preponderante para distinguir e avaliar fenômenos urbanos e sociais.

A definição de Santos (1998) ainda recente, do ponto de vista temporal, é de que se deve entender “fluxo” como uma espécie de movimento pertinente, inerente ou relativo à circulação, vinculando-se à distribuição e consumo, obviamente dentro de uma estrutura social.

Anteriormente falou-se da base teórica utilizada pelo IBGE para caracterizar cidades, aparentemente limítrofes (conceito que também será objeto de análise no decorrer deste trabalho), como aglomerações urbanas.

Mas, definitivamente, o conceito de fluxo, consoante externado nesse momento se encontra inexoravelmente ausente da obra ofertada ao público pelo Instituto Federal.

Metodologicamente a compreensão dos parâmetros de escolha das cidades, como aglomerações urbanas, pelo órgão federal fica fragilizada desde logo pela inexistência de análises individuais sobre as cidades referidas na publicação (IBGE. 2015, p. 31 e ss). O que se trabalha na obra, em um primeiro momento se refere a fluxo de pessoas basicamente com base em dados censitários gerais.

Vislumbrando a complexidade do conceito de fluxo Arroyo (2007) confirma a inter-relação de diversos fatores muito além do simples deslocamento humano, a trabalho, ou de carga, por exemplo, como se dá no caso da Região dos lagos com a Região norte Fluminense.

Segundo essa autora a inter-relação entre as definições de fluxo e rede seria instantânea pois “se relacionam à ideia de conexão, de interação, de deslocamento, de mobilidade, enfim, de movimento...devem ser considerados elementos constitutivos do território”. É óbvio, e tal fator não poderia ser desconsiderado, que os transportes e os sistemas de comunicação interferem nos fluxos, que podem ser modificados tanto direcionalmente quanto em termos de intensidade, com reflexo direto nas aglomerações urbanas e nas redes de cidades.

De acordo com o entendimento de Castells (1999) nos tempos atuais estamos diante de uma “lógica espacial” que se refletiria em um “espaço de fluxos” caracterizador do que poderia ser conceituado como uma espécie de “manifestação espacial predominante de poder e função em nossas sociedades”. Tal lógica é embrionariamente percebida nas interações existentes entre a Região dos Lagos, especialmente da cidade de Cabo Frio, e a Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos transportes, relacionados ao conceito de fluxo, não se pode descartar sua importância e nem sua relevância como fator interrelacional das cidades.

Na parte analítica de sua obra, Santos (1988) reverbera a importância dos sistemas de transporte como fator dinâmico dos fluxos inter-regionais, segundo ele a questão da modicidade dos preços dos transportes

Sua qualidade, diversidade e quantidade, cria uma tendência ao aumento do movimento. O número de produtos, mercadorias e pessoas circulando cresce enormemente, e como consequência a importância das trocas é cada vez maior, pois elas não apenas se avolumam como se diversificam. (p. 51)

Alguns outros teóricos de igual modo, se referem à relevância dos sistemas de transporte, com ênfase na questão das comunicações, como fator catalisador no entendimento das dinâmicas de fluxos. Castillo e Trevisan (2005) são contundentes ao se referirem aos avanços técnicos e científicos da área de comunicações, especialmente dos sistemas de informação, que segundo eles

Faz dos sistemas técnicos atuais os elementos privilegiados para compreender os mecanismos de funcionamento do território, neste período da história no qual a circulação (fluxos materiais) e a comunicação (fluxos imateriais) assumem um papel ainda mais importante do que em períodos anteriores (p.197)

Ainda no tocante às informações Castells (1999, Op. Cit.) destaca a relevância de sua circulação, segundo ele “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias de informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado”.

De todo exposto, conclui-se que não só o deslocamento de pessoas, ou pendularidade, nem mesmo somente a contiguidade física, são fatores bastantes para se caracterizar uma aglomeração urbana. Técnicas de transporte eficazes, técnicas de comunicação, e informações, arranjos produtivos integrados, e sobretudo a intensificação de fluxos são os fatores que definem e eventualmente redefinem eventuais centralidades inter-regionais.

Não se pode perder de vista o fato de que os núcleos urbanos têm se ampliado - principalmente nas cidades da Região dos Lagos, especialmente na cidade de Cabo Frio, - e vêm se tornando cada vez mais descontínuos e fronteiriços, mas essa questão será tratada, do ponto de vista teórico, no próximo tópico.

3.3. DO CONCEITO DE PERIURBANIZAÇÃO OU SUBURBANIZAÇÃO

Para o correto entendimento conceitual de como a cidade de Cabo Frio vem se tornando, tecnicamente, do ponto de vista da disciplina planejamento regional, uma aglomeração urbana, após a análise dos teóricos apresentados se constatou como a relevância do incremento científico dos modais de transporte e comunicações, assim como as metamorfoses e novos arranjos dos processos produtivos, exponenciam fluxos, modificam os eixos das centralidades interurbanas, e conseqüentemente tornam a cidade, concomitante e paulatinamente, descontínua e extensa.

Dematteis (1998, p.17), que disserta em língua castelhana sobre o tema *periurbanização*, ou *suburbanização*, se manifesta sobre os fenômenos relacionais que mostram a emergência de um novo tipo de periferia, ou seja, a periferia urbana ou urbanizada, afastadas dos centros tradicionais. Nesta nova estrutura, de acordo com sua ótica, constata-se o nascedouro de um novo tipo de periferia. Tais periferias seriam o resultado de profundas modificações nas

Estructuras territoriales urbanas (desurbanización, contraurbanización), en las tecnologías de la comunicación y de la información (telemática), en la organización y en la regulación social (posfordismo), que han transformado a los países industrializados a partir de finales de la década de 1960. (DEMATTEIS, 1998,).

Obviamente tal conceituação que se aplicaria, em um primeiro momento aos países centrais, industrializados, se verifica em outras realidades populacionais urbanas.

A título de exemplificação cita-se a pesquisa de Sposito (2004), que ao analisar algumas áreas urbanas diversas no Estado de São Paulo, salienta ao surgimento de paulatina e generalizada *descontinuidade* dos tecidos urbanos examinados.

Obviamente, como já esclarecido, não se pode minimizar o impacto dos transportes no sio seio deste fenômeno. O enquadramento é óbvio, os vínculos permitiram o surgimento de empreendimentos imobiliários cada vez mais longe dos tradicionais centros urbanos.

No caso da cidade de Cabo Frio percebe-se nitidamente a ocorrência da periurbanização. Aglomerações populacionais cada vez mais distantes do Centro da cidade, mais que desenvolvem características semelhantes àquelas do centro urbano tradicional, criando novas centralidades periféricas, limítrofes a cidades que antes se afastavam consideravelmente do centro urbano histórico. Tal fator será devidamente demonstrado, através de mapeamento georeferenciado do município, no capítulo que cuidará da transformação espacial da cidade.

Não obstante, voltando ao aspecto teórico tratado no momento, os veículos automotores, bem como a melhoria estrutural das vias de circulação internas da cidade possuem papel preponderante sobre a periurbanização.

Dezert (1991, p.17), ao centrar sua observação sobre o conceito de periurbanização na França, sobrelevou tanto a relevância dos veículos, representados pelo automóvel, como frisou a questão da melhoria nas condições estruturais das estradas e vias de circulação: “développement de l’automobile et l’amélioration continue du niveau de vie ont déterminé la vogue d’un style de vie «à l’américaine», largement responsable de l’explosion actuelle de l’urbanisation”.

As pessoas começam a admirar o estilo de vida americano anseiam morar em centros urbanos, por conta da melhoria da qualidade de vida, bem como desejam possuir um automóvel para seus deslocamentos.

Tal lógica futuramente se aplicaria ao setor produtivo. No caso da cidade de Cabo Frio, todos estes fatores mencionados são notados a partir da década de

1980, quando o crescimento da indústria petrolífera registrou um desenvolvimento vigoroso.

Eis o fundamento da nova polarização demográfica da cidade. A partir desta década (1980) constata-se a modificação da estrutura produtiva do município, com o surgimento de atividades industriais e terciárias dinâmicas e diversificadas.

De acordo com a detalhada análise de Monié (2001) os municípios da Bacia de Campos

Registraram, a partir dos anos 80, um vigoroso crescimento econômico decorrente de uma transformação do perfil produtivo, particularmente sensível na faixa litorânea, onde emergem atividades industriais e terciárias bastante dinâmicas acompanhadas de um vigor demográfico que contrasta com a tendência do último meio século – que foi caracterizado por um esvaziamento demográfico provocado pela decadência das atividades econômicas tradicionais, como a produção de sal e cana de açúcar. (p.263)

De plano se nota que a análise em tela se aplica perfeitamente à realidade de Cabo Frio. A cidade que, dos primórdios de sua colonização até pouco tempo, teve sua economia baseada principalmente na produção de sal, e com alguma variante no turismo, conforme demonstrado na parte histórica desta dissertação, a partir da década de 80 sofre uma profunda remodelação em sua estrutura produtiva.

Toda a economia da cidade se vê açambarcada pelas rápidas transformações em seu modelo econômico-produtivo. A densidade demográfica explode, o centro urbano tradicional já não comporta o fluxo migratório, e a cidade começa a passar pelo fenômeno da periurbanização.

A tessitura demográfica começa a se espalhar pelos territórios periféricos do município. A esta altura já não é possível falar em apenas um centro urbano tradicional. Localidades próximas a outros municípios se adensam com características urbanas e passam a interagir regionalmente com outras cidades, em fluxos intra e interurbanos.

A cidade de Cabo Frio, segundo Monié (2001) se torna um espaço dinâmico que favorece oportunidades de trabalho e perspectivas de ascensão social, segundo ele

A Bacia de Campos, em particular as sub-regiões de Macaé e Cabo Frio, reproduzem, assim, o exemplo do espaço dinâmico que oferece, *a priori*, oportunidades de trabalho e perspectivas de ascensão social para populações de baixa renda e polarizam, em consequência, intensos fluxos migratórios... estes fluxos alimentam um processo de urbanização particularmente pujante entre Cabo Frio e Macaé, onde uma conturbação está em vias de formação ao longo da RJ-124, que segue o litoral. (p.263,264),

Esclarecidos, portanto, os aspectos propostos sobre a moderna visão de urbanização das cidades, que favorecem seu enquadramento como aglomeração urbana, aplica-se a teoria declinada especialmente sobre a cidade de Cabo Frio, onde por força dos conceitos teóricos detalhados foram trazidos a lume e comprovados muitos aspectos relativos às metamorfoses sofridas pela urbe.

Com fundamento nos teóricos apresentados, constata-se que as transformações sofridas pela cidade, nos aspectos previamente mencionados, se caracterizam pela notável intensificação dos fluxos relacionados ao município, pelas modernas configurações da formatação urbana, sempre mais dispersas no território da cidade por conta das atividades econômicas.

Resta agora abordar, mais detidamente, alguns autores que abordam determinados aspectos especialmente relevantes sobre as escalas intraurbana e interurbana, e por que o planejamento regional não consegue mais compreender a realidade de uma cidade estudando somente suas estruturas internas.

Esse será o objeto do próximo capítulo.

4. PERFIL SÓCIOECONÔMICO E URBANO DE CABO FRIO

4.1: O MUNICÍPIO DE CABO FRIO

Cabo Frio se encontra localizado no perímetro sudeste da zona costeira do Rio de Janeiro, Unidade da Federação brasileira. Situa-se, de acordo com o enquadramento geográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na Mesorregião da Baixada Litorânea (popularmente conhecida como Região dos Lagos) é o sétimo município mais antigo do Brasil.

É considerado o principal Município da Região dos Lagos, tanto em termos populacionais, quanto financeiro.

Topograficamente está situado a uma altitude de quatro metros acima do nível do mar, a 22°52'46" de latitude sul, e 42°01'07" de longitude oeste. Dista aproximadamente 155 km da capital do estado.

Suas divisas são as seguintes: Oceano Atlântico, a Leste; e os seguintes municípios compõem suas zonas limítrofes: Casimiro de Abreu: ao Norte; Arraial do Cabo: ao Sul; Araruama e São Pedro da Aldeia: a Oeste.

Sua área territorial se aproxima de 410.693 Km², sendo 27% da área total do município (110,9 Km²) correspondente à área urbana do Distrito Sede, 73% da área total do município correspondente a Tamoios, o seu segundo distrito com 299,7 Km².

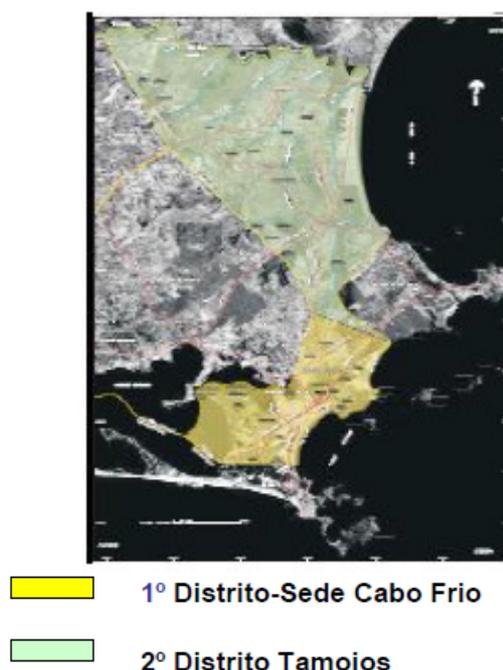


Figura 1: Mapa da Cidade de Cabo Frio
 Fonte. Cabo Frio (Município). Plano Diretor (2006)

De acordo com sua legislação municipal (especificamente o Plano Diretor e legislação correlata) a cidade de Cabo Frio, especificamente o corte relativo à área urbana, se encontra dividida por 60 (sessenta) bairros, dispostos do seguinte modo: 1º e 2º (primeiro e segundo) distritos.

O primeiro distrito dá nome à cidade - Cabo Frio. É formado pelos bairros descritos a seguir: Algodual, Boca do Mato, Bosque do Perú, Braga, Caminho Verde, Canal Palmer, Canto do Forte, Cajueiro, Centro, Célula Mater, Chácara do Gurirí, Caminho de Búzios, Colinas do Perú, Dunas do Perú, Foguete, Gamboa, Guarani, Ilha do Anjo, Itajurú, Jacaré, Jardim Caiçara, Jardim Excelsior, Jardim Flamboyant, Jardim Olinda, Perú, Portinho, Jardim Esperança, Jardim Perú, Jardim Náuticos, Marlin, Monte Alegre, Manoel Correia, Ogiva, Palmeiras, Passagem, Perynas, Parque Burle, Parque Riviera, Parque Eldorado, Praia do Siqueira, Porto do Carro, Reserva do Perú, São Bento, São Francisco, São Cristóvão, Tangará, União, Vila do Ar, Vila do Sol e Vila Nova.

O segundo distrito, denominado Tamoios, é formado pelos seguintes bairros: Aquários, Botafogo, Campos Novos, Maria Joaquina, Nova Califórnia, Rasa, Samburá, Santo Antônio e Unamar.

A declinação dos bairros se tornará importante quando das análises específicas sobre a movimentação sócioespacial ocorrida na cidade, dentro do período analisado.

O nome do município - Cabo Frio - teve origem a partir das primeiras expedições portuguesas que atracaram na cidade. Ao travar contato com um fenômeno marítimo denominado ressurgência, que acontece logo em frente à Ilha de Cabo Frio, e provoca, nesta zona tropical, uma sensação térmica de baixa temperatura, os colonizadores escolheram o nome pitoresco da cidade.

O perímetro do Município, por conta de fenômenos marítimos, possui considerável diversidade climática, variando do tropical ao semiárido, que se assemelha em algumas localidades ao clima nordestino do semiárido (Tropical Litorâneo).

Nota-se a particularidade do clima da baixada litorânea. Caracteriza-se, desta forma, pela diferença em relação ao clima das demais regiões territoriais do Estado do Rio de Janeiro. A principal causa dessa diversidade seria o vento nordeste-leste, bem como, o fenômeno da ressurgência marítima, já citado, que acontece na costa dos Municípios de Arraial do Cabo e de Cabo Frio, e proporciona águas geladas e baixo índice pluviométrico.

O Município, de acordo com o Plano Diretor, apresenta um relevo diversificado, onde figuram montanhas médias que vão de 500 a aproximadamente 1.000 metros. O relevo da cidade é dominado por colinas, baixadas e restingas. Na área costeira prevalece uma vegetação nativa de árvores e arbustos com grande quantidade de cactos, marcante na região. Tal vegetação cobre a maior parte dos morros litorâneos e ilhas. Sendo classificada com o nome oficial de "savana estépica". Vegetação remanescente de restinga pode ser encontrada nas Restingas de Massambaba e Cabo Frio.

As principais bacias hidrográficas da Região são: a Bacia Hidrográfica do Rio Una e Cabo de Búzios; a Bacia Hidrográfica do Rio São João, e a Bacia Hidrográfica da Lagoa de Araruama.

O perímetro do Município de Cabo Frio, bem com a região fronteira pertencente ao Município de Armação de Búzios, pode ser considerado uma região que possui peculiaridades ecológicas, de clima, bem como geológicas similares às de outras regiões semiáridas do Brasil.

Os maciços costeiros próximos a Cabo Frio possuem uma vegetação particular que é considerada um enclave regional de caatinga. Se estendendo por grandes extensões de restingas e pontas dos maciços costeiros.

Na região podem ser observadas mais de 600 espécies de árvores e arbustos nativos, bem como aproximadamente 3.000 espécies de plantas diversas: bromélias, cipós, cactos, orquídeas, palmeiras, trepadeiras, grande quantidade de ervas, espécies de algas, líquens, musgos, entre outros.

De acordo com o Departamento de Botânica do Instituto Smithsonian, de Washington, a região de Cabo Frio é considerada como um dos centros de diversidade de plantas mais importantes da América do Sul⁴.

4.2: HISTÓRICO SOBRE A URBANIZAÇÃO DE CABO FRIO

O Município de Cabo Frio é considerada uma das cidades mais antigas do Brasil. Segundo os registros mais confiáveis sua descoberta pelos portugueses data do ano de 1503⁵.

Segundo Beranger (2003) uma embarcação naval portuguesa que se dirigia à Bahia, especificamente, a cidade de Porto Seguro, chocou-se contra um banco de recifes e naufragou próximo à ilha de Fernando de Noronha.

Esse acontecimento ocasionou a dispersão de dois navios, que se encontravam sob as ordens do navegador Américo Vespúcio. As embarcações costearam o litoral brasileiro até chegarem a Cabo Frio.

⁴ Disponível em: <<http://www.lagossaojoao.org.br/nc-flora.htm>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

⁵ Neste ponto cabe um pequeno esclarecimento. Os dados históricos sobre o município de Cabo Frio não foram extraídos textualmente de apenas um documento. A narrativa foi construída a partir do livro de Beranger e dos Estudos Socioeconômicos editados pelo TCE RJ, a partir do ano de 2001.

Forçadamente tal expedição permaneceu na cidade por aproximadamente cinco meses. Nesse período foi implantada uma fortaleza na feitoria. O objetivo era de exploração do pau-brasil.

A possibilidade de exploração do pau-brasil representou um fator atrativo. Desde então a costa brasileira começou a receber embarcações que promoviam o comércio “clandestino”. O pau-brasil era a principal mercadoria no período. O contato com os indígenas se fortaleceu. Exploradores de outras nacionalidades travaram contato com os indígenas aliando-se a eles contra os portugueses.

Intensificaram-se a pirataria, o contrabando e o corso. Em busca de pau-brasil os estrangeiros fundavam feitorias e saqueavam naus, culminando com a tentativa de fundação da França Antártica em 1555 no Rio de Janeiro.

Na cidade de Cabo Frio os franceses construíram a denominada Casa de Pedra, no Morro do Arpoador, servindo de depósito para o pau-brasil extraído.

A feitoria fundada por Américo Vespúcio foi arrendada a uma espécie de “consórcio” privado com o objetivo da exploração de pau-brasil e escravização de índios. Permaneceu em atividade até 1511, sendo destruída pelos tupinambás. Em 1575, expedição comandada chefiada por Antônio Salema expulsou os franceses e exterminou a nação indígena tamoia. Essa batalha ficou conhecida como a “Guerra de Cabo Frio”.

Não obstante o massacre indígena de 1575 não se verificou, por parte dos portugueses, a imediata colonização de Cabo Frio.

A partir da perda da independência portuguesa para a Espanha, a costa do Rio de Janeiro, voltou a ser visitada por embarcações de bandeiras francesas, holandesa e inglesa em busca de pau-brasil.

Objetivando debelar as consequências da pirataria que novamente floresceu, Felipe II ordenou que fosse criada uma colônia portuguesa em Cabo Frio.

Sob a liderança do desbravador Constantino Menelau, portugueses e índios aliados destruíram o forte holandês e a Casa de Pedra dos franceses. Logo após foi

erguida a Fortaleza de Santo Inácio, e fundada a Cidade de Santa Helena do Cabo Frio, a sétima mais antiga do Brasil, que data de 13 de novembro de 1615.

O período inicial compreendido entre a criação da primeira feitoria portuguesa no ano de 1503, e fundação da cidade no ano de 1615, representa um ciclo de exploração extrativista do litoral.

Em bora a historiografia tradicional considere o ano de 1530 como sendo o da efetiva ocupação das brasileiras, a partir da criação das capitanias hereditárias, tal ocupação se verificou de modo diferente em locais específicos da costa, por força das características locais.

Em sua gênese, o Município de Cabo Frio não favoreceu a prática da agricultura. Mas se mostrou propício ao extrativismo. Possuía uma localização estratégica para a navegação, abrigo de embarcações (proteção dos ventos e marés), e fácil possibilidade de navegação interior até às matas de pau-brasil.

4.3. OCUPAÇÃO URBANA

As ocupações urbanas primitivas da cidade se localizavam a margem direita do Canal do Itajurú, patrimônio histórico existente até a data de hoje, no porto, praticamente na entrada da barra. Este canal propiciou a implantação e fixação de núcleos colonizadores e principais caminhos de deslocamento na cidade.

A partir do ano de 1616, registro da criação oficial do município, a cidade recebeu o nome de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio. Considerada ponto importante para o desenvolvimento e conquista da parte norte do território fluminense.

Registro do ano de 1797 conclui que as ruas não tinham alinhamento regular. A cidade era repartida em bairros irregulares. Possuía - segundo relata Beranger (2003) em seu livro Dados Históricos de Cabo Frio -, 349 casas, sendo 3 estilos sobrado e 12 térreas, de pedra e cal, as demais de pau a pique.

Na entrada da cidade, próximo ao convento, que ainda existe no mesmo local, existe uma pequena praça que forma um triângulo. Curiosamente a ponta do

logradouro se direciona ao monastério e à base do qual principiam três ruas mais ou menos paralelas ao Rio Itajuru, atualmente sabe-se que se trata do canal que desemboca na Lagoa Araruama. As três ruas cortadas por outras mais estreitas se dirigem a outra praça triangular como a primeira (que também existe atualmente). Esta praça maior se localiza na frente da igreja paroquial e finaliza por uma rua única muito larga (atual Av. Assunção). Assemelha-se Cabo Frio a uma lançadeira, A Rua da Praia formada por uma fila de casas à margem do lago (SAINT- HILAIRE,1822, apud BERANGER, 2003, p. 46).

A título de ilustração a pesquisa localizou uma planta da Cidade identificada como “Planta da Barra e Cidade de Cabo Frio”. O referido documento foi confeccionado no ano de 1788. Encontra-se arquivado na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército.

Planta da Barra e Cidade de Cabo Frio do ano de 1788, arquivada em 1871. As quadras surgem retificadas. Os limites do Morro da Guia correspondem às ruas atuais que o circundam

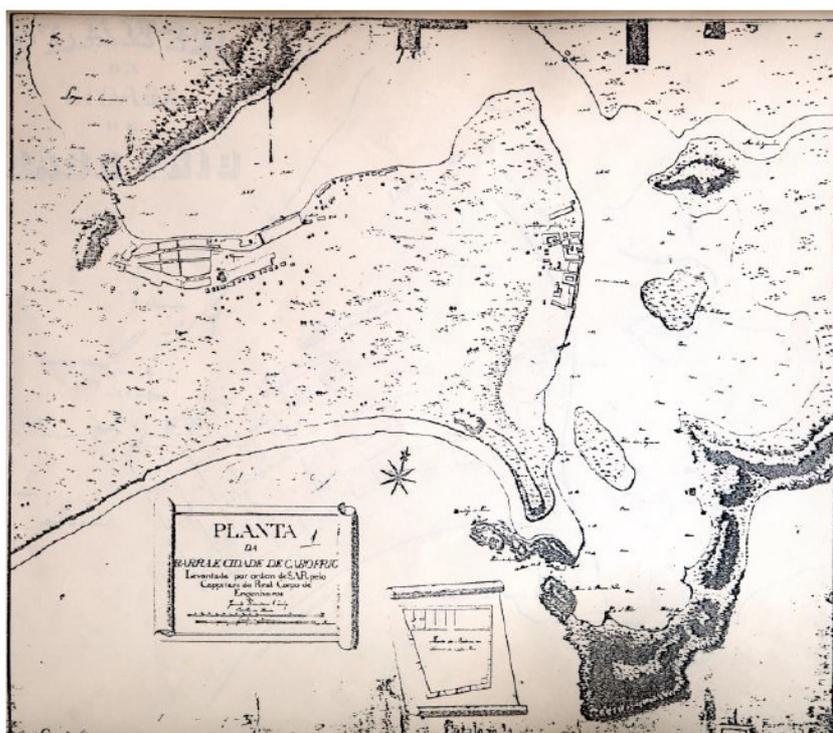


Figura 2. Planta Histórica de Cabo Frio (1)

Fonte: Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio Rerratificação e Extensão de Tombamento (1987).

Após praticamente dois séculos de transformações, nota-se que houve grande deslocamento para o novo centro urbano. Muitas novas edificações, além das anteriormente referidas, foram erguidas a partir do Morro da Guia, ladeando o Canal do Itajurú, até o atual bairro de São Bento.

4.4. PRIMEIRO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE

Por volta do ano de 1822, período em que foi proclamada a independência do Brasil, O governo imperial enviou à cidade de Cabo Frio o Engenheiro Major Bellegard.

Entre as muitas obras relevantes desse período, como a edificação de um farol na ilha do Cabo Frio, esse militar reconhecido nacionalmente projetou as primeiras ruas do município. De modo incipiente tal acontecimento ficou registrado na história local como sendo o primeiro “plano de urbanização da cidade”.

Planta da cidade de Cabo Frio datada do ano de 1837. A autoria do Major Bellegard. Na figura 3 se nota os dois principais núcleos populacionais urbanos da cidade. Observa-se ainda o pontilhado que indica os caminhos existentes na povoação naquele período histórico.



Figura 3. Planta Histórica de Cabo Frio (2)

Fonte: publicação Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio Rerratificação e Extensão de Tombamento (1987)

4.5: O NÚCLEO URBANO DE CABO FRIO NO SÉCULO XX

A cidade, acompanhando as características da economia nacional, caminhou a passos lentos até o final do sec. XIX. O principal fator econômico era agricultura baseada na mão de obra escrava. Essa atividade era geralmente realizada em grandes latifúndios.

Como aconteceu em quase todo o país, chegada a abolição da escravatura, se abateu sobre a cidade uma degeneração econômico financeira da qual a cidade somente anos mais tarde conseguiria vencer, a partir da exploração comercial do sal e sua industrialização.

Nesse período também se fortalecem as atividades da pesca e do turismo, com a implantação da estrada de ferro.

A construção da nova ferrovia Niterói-Cabo Frio, bem como a execução de melhorias no porto de Arraial do Cabo (nessa época distrito da cidade), e a quase simultânea inauguração da Rodovia Amaral Peixoto contribuíram para o aumento da produção do sal, com meios corretos de escoamento tais produtos (sal e pescado) começaram a chegar de modo mais eficiente no Rio de Janeiro, bem com a outros centros consumidores do país.

A partir do ano de 1943 o governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o plano de urbanização das cidades fluminenses. Tal projeto foi elaborado pelo escritório Coimbra Bueno.

A partir do plano estadual alguns municípios foram detectados como potencialidades turísticas. Cabo Frio foi contemplado. A implementação dos planos contou com a consultoria do urbanista francês Alfred Agache, que foi contratado pelo escritório Coimbra Bueno.

O plano que havia sido elaborado para a cidade previa a retificação do Canal do Itajurú, e com foco na península de restinga, estabelecia um cinturão viário e paisagístico pela Avenida Parque Litorâneo e seu prolongamento contornando em direção ao morro da guia, no centro da cidade.

Houve a previsão de aterramentos nos baixios nas margens do canal do Itajuru, criação de um Parque Municipal na área das dunas. Mas o plano não foi totalmente implementado pela administração municipal, talvez em razão do ritmo acelerado de crescimento da cidade na segunda metade do século, fato que será abordado em capítulo específico.

A figura 4 representa o Plano Amaral Peixoto de Urbanização das cidades Fluminenses. O projeto escolhido para a cidade de Cabo Frio não foi concluído por inercia da administração municipal da época.

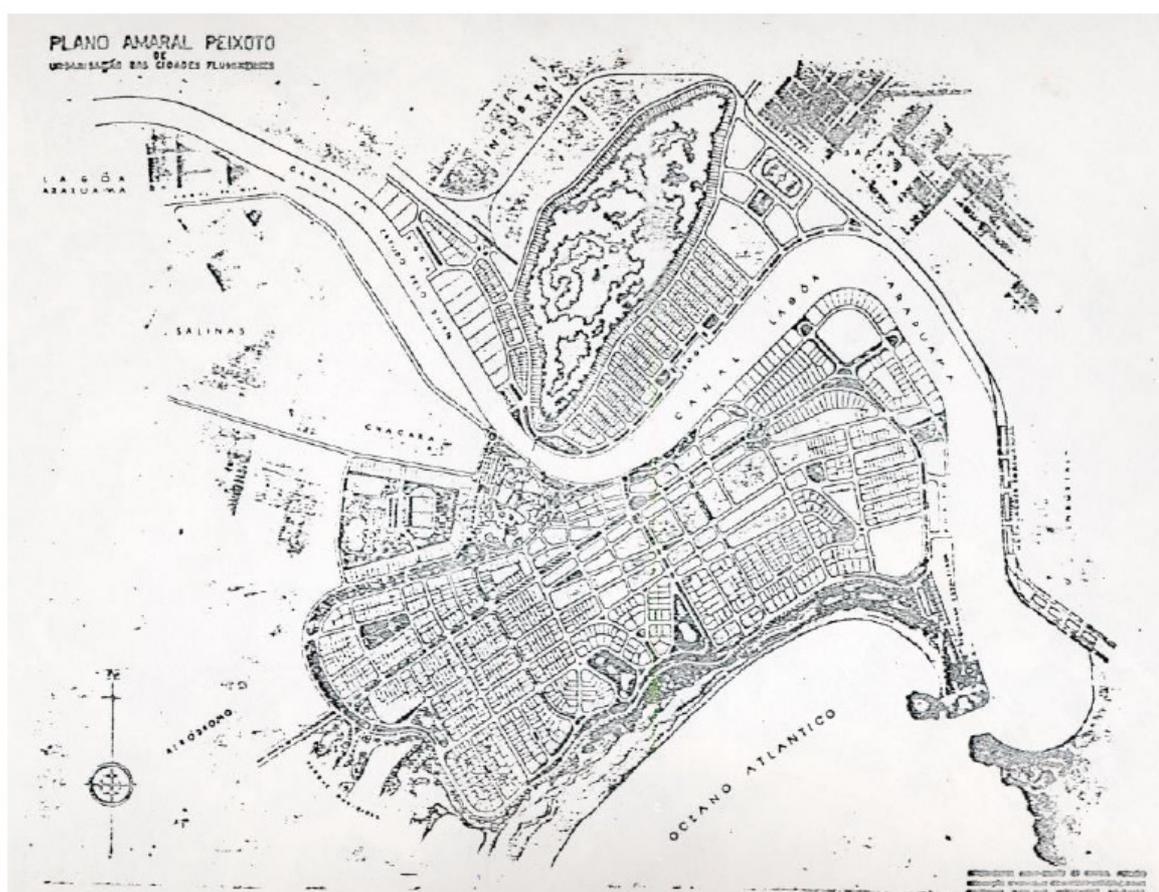


Figura 4. Projeto de Urbanização

Fonte: publicação Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio Rerratificação e Extensão de Tombamento (1987)

Até agora a questão urbana, do ponto de vista histórico, tem sido enfocada como base para a compreensão dos desdobramentos econômicos, financeiros e socioespaciais que o Município de Cabo Frio enfrenta na atualidade.

Nos capítulos teóricos serão recuperados esses fatores, que servirão como ponto de apoio das análises referidas.

4.6. HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA NO SÉCULO XX

A evolução econômica recente da cidade de Cabo Frio pode ser datada a partir do ano de 1943. Nesse momento histórico o presidente Getúlio Vargas criou a Companhia Nacional de Álcalis, situada em Arraial do Cabo, então distrito do município.

A empreitada viabilizou a implantação de salinas na cidade, bem como o mercado de extração de conchas calcárias na lagoa Araruama, para produção de barrilha (insumo industrial). Nota-se desde então o afluxo de novos trabalhadores, e a criação de um novo bairro próximo ao centro da cidade, bairro de São Cristóvão, atualmente um dos mais populosos do primeiro Distrito da cidade.

Beranger (op. cit.) observa que até a década de 1950 o fluxo de desenvolvimento do Município ainda não inspirava preocupação no que tange a descaracterização do patrimônio seja arquitetônico, seja paisagístico. Já se notava, contudo, um maior afluxo de pessoas, turistas vindos principalmente do Rio de Janeiro e residentes, em busca de lazer nas praias.

Do ponto de vista espacial os anos de 1950 e 1960 ficaram marcados pelo surgimento dos primeiros loteamentos oficiais da cidade.

A partir de então não há mais retorno. A cidade ingressa em um período de divulgação, por parte de visitantes, de suas praias como atração turística e de lazer. A construção civil começa a se desenvolver com a edificação de residências de veraneio, hotéis, e alguns clubes náuticos.

Na década de 1960 a cidade experimenta o ápice desse desenvolvimento setorial. São instaladas no Município duas grandes usinas de beneficiamento de sal.

Por força de um processo de tombamento do conjunto paisagístico da cidade, proposto por Aloysio de Paula e Coimbra Bueno, no ano de 1965, os técnicos que avaliaram o pedido externaram sua opinião no seguinte sentido “[...] o

desenvolvimento urbano de Cabo Frio foi feito com o sacrifício cênico paisagístico o que, a nosso ver, impede o tombamento da cidade em conjunto [...]”. (IPHAN, 2001).

Porém elementos topográficos, monumentos arquitetônicos e seus entornos foram tombados.

4.7: HISTÓRICO DO TURISMO NA CIDADE

Por força da inauguração da Ponte Rio-Niterói, no ano de 1974, houve expressivo desenvolvimento do aspecto turístico da cidade. Atualmente o município é reconhecido internacionalmente pela beleza de suas praias, e como destino de milhares de pessoas nos meses de verão.

Inicialmente o Município somente era frequentado por intelectuais, artistas e turistas com maior poder aquisitivo. A partir desse período observa-se a mudança no perfil dos visitantes. O turismo de massa desponta com vigor e todos os problemas dele decorrentes começam a afetar a cidade a parti de meados da década de 1970.

Desenvolvem-se as atividades terciárias na cidade. O lado positivo deste turismo é representado pelo desenvolvimento das atividades terciárias e oferta de empregos temporários.

Negativamente sobreleva-se a ocupação irregular do solo, degradação do patrimônio ambiental, exploração imobiliária e ocupação de zonas de preservação, favelização de áreas de proteção ambiental, entre outros aspetos que serão devidamente demonstrados no capítulo que cuidará da análise sócioespacial da cidade.

Seduzidos pela beleza da cidade muitos turistas fixaram residência no Município e nos anos de 1970/1980 nota-se o surgimento de muitos loteamentos. Alguns sem qualquer infraestrutura, sem água, sem esgoto, por conta da fragilidade da CEDAE (empresa estadual responsável pela água e esgoto na cidade) na época.

Já na década de 1990 a partir do incremento no recebimento de recursos provenientes dos royalties do petróleo, a cidade retoma o seu desenvolvimento.

Percebe-se a reurbanização de diversas áreas, e a proteção de vários pontos de interesse turístico.

4.8. FLUXO MIGRATÓRIO

A partir do incremento orçamentário da cidade, por força dos royalties do petróleo, a cidade passou a contar com a ampliação e universalização de serviços até pouco tempo atrás não possuía.

Neste período, especialmente a partir da década de 1990, nota-se um aumento paulatino no fluxo migratório para o Município. Em especial da cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.

Os números apurados pelo IBGE nos anos de 2000/2010, demonstram o significativo aumento dos 126.828 habitantes apurados no ano 2000 para os 186.227 habitantes, de acordo com o órgão federal de estatística. Os dados preliminares do censo de 2010 já apontam um contingente de 186.227 habitantes na cidade de acordo com a tabela 2

Tabela 2: População residente

População residente				
Variável = População residente (Pessoas)				
Total				
Ano	Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município			
	Brasil	Rio de Janeiro	Baixadas - RJ	Cabo Frio - RJ
1991	146.815.815	12.807.197	303.988	84.750
2000	169.872.856	14.392.106	462.325	126.828
2010	190.755.799	15.989.929	700.842	186.227

Fonte: IBGE – SIDRA (2015)

O movimento migratório, por força do apurado nesta pesquisa, seria explicado em parte pela chegada de trabalhadores muitas vezes seduzidos pela oferta de melhores empregos na cidade, em razão dos royalties do petróleo.

Os migrantes se estabeleceriam, na maioria dos casos, em loteamentos irregulares ou áreas protegidas.

O crescimento acelerado dos Municípios da Região dos Lagos pode, por sua parte, ser relacionado ao desenvolvimento do turismo e de uma economia residencial de tipo heliotrópica, que atrai aposentados cariocas e trabalhadores da região metropolitana do Rio de Janeiro. O intenso processo de redistribuição da população em direção às cidades e aos espaços economicamente mais dinâmicos evidencia, então, profundas discrepâncias no atual processo de transformação da Bacia de Campos – o que se traduz pela emergência de novas formas de segregação sócioespacial (MONIÉ, 2011, p.266)

Não obstante o trabalho que os gestores públicos empreguem, afigura-se de difícil solução o problema derivado desse tipo de migração.

O grande contingente de trabalhadores atraídos pelo sonho de um emprego melhor, via de regra, acaba gerando a segregação sócioespacial, por conta da ausência de acomodação definitiva na cidade. Gera-se a partir daí um considerável déficit de moradias. De igual forma propicia a formação de loteamentos irregulares e invasões, geralmente em áreas com saneamento básico precário, e em áreas de proteção ambiental.

Tal ambiente favorece inexoravelmente o surgimento de loteamentos irregulares. Segundo Monié (2011, p 266-267) o surgimento de áreas de residência e de consumo de alto padrão social e a expansão de bolsões de pobreza; o aumento das desigualdades intrarregionais entre campo e cidade, mas também entre centros urbanos mais ou menos inseridos na “nova economia regional” demonstraria “o caráter excludente deste processo de modernização com efeitos complexos sobre a organização do espaço”.

Neste período de prosperidade econômica, que começa a entrar em declínio, aparentemente os investimentos em infraestrutura não foi proporcional ao crescimento da população. Fato que também será investigado no decorrer da pesquisa.

O Município não teria modernizado sua infraestrutura a contento nesse período de prosperidade financeira. O desenvolvimento urbano ficou comprometido, ruas estreitas não comportam o trânsito, boa parte desses sintomas são frutos do adensamento populacional que será analisado em tópico próprio.

O próximo capítulo abordará o referencial teórico, que cientificamente fundamenta a caracterização de determinada cidade como aglomeração urbana.

Os teóricos serão apresentados na medida em que a categorização dos conceitos for gradualmente exposta.

4.9. DESENVOLVIMENTO ESPACIAL DA CIDADE

Ao iniciar as análises específicas sobre dados e imagens, que dizem respeito à realidade da cidade espacial e pontualmente sobre os anos de 1990, 2000, e 2010, datas delimitadas e propostas no início desta pesquisa, bem como a expansão territorial de Cabo Frio é necessário destacar a dificuldade encontrada nesta etapa.

Um obstáculo inicial enfrentado diz respeito à obtenção de dados cartográficos, especialmente de períodos passados, relativamente a plantas urbanas da cidade de Cabo Frio.

Existem pouquíssimos, para não se falar em total ausência, de estudos que abordam a realidade da cidade, em termos espaciais e numéricos. A organização do material se revestiu de considerável dificuldade.

Lançou-se mão de diversos tipos de trabalho, tais como teses, material de memorialistas, registros históricos dos museus da cidade, mapas da Biblioteca do Exército Brasileiro, dentre outros. Somente assim foi possível organizar alguns mapas as cidades. Pequenas distorções podem eventualmente ser notadas, sem que, contudo, comprometa de modo geral as análises e o enquadramento teórico que se propôs.

Um levantamento inicial foi realizado a partir das figuras disponibilizadas pelo site do Plano Diretor da cidade. Muitas dessas imagens foram catalogas pela Fundação Getúlio Vargas que laborou na confecção do referido documento, e são representadas por meio de manchas a partir da leitura de fotografias aéreas. Obviamente, não foi possível, por total impossibilidade física, organizar as imagens dentro de uma perspectiva regional. As plantas urbanas, muitas não possuem as respectivas escalas, serão apresentadas e analisadas separadamente.

O núcleo urbano de Cabo Frio surgiu e se desenvolveu ao redor do Canal do Itajurú, fato já demonstrado na parte histórica (Mapa 3), a partir da análise das plantas urbanas da Barra e Cidade de Cabo Frio do ano de 1788, arquivada em 1871.

Constata-se uma modificação considerável no perfil de expansão da urbanização da cidade. Inicialmente o núcleo urbano se irradiava do centro para a periferia. Percebe-se atualmente que as regiões periféricas da cidade possuem uma autonomia própria de expansão e desenvolvimento por conta das interrelações surgidas com as cidades próximas, especialmente Macaé e Rio das Ostras, consoante já comprovado no capítulo teórico.

O Mapa (figura 5) abaixo, disponibilizada no site do plano diretor da cidade mostra de plano a expansão periférica da cidade em direção ao município de Rio das Ostras. É inegável a autonomia que esses bairros periféricos vêm desenvolvendo em relação ao centro tradicional urbano da cidade. Nota-se em Cabo Frio características de conformação de estruturas urbanas dispersas, bem como a tendência à continuidade territorial urbana, presentes em outras cidades médias e aglomerações urbanas do estado.

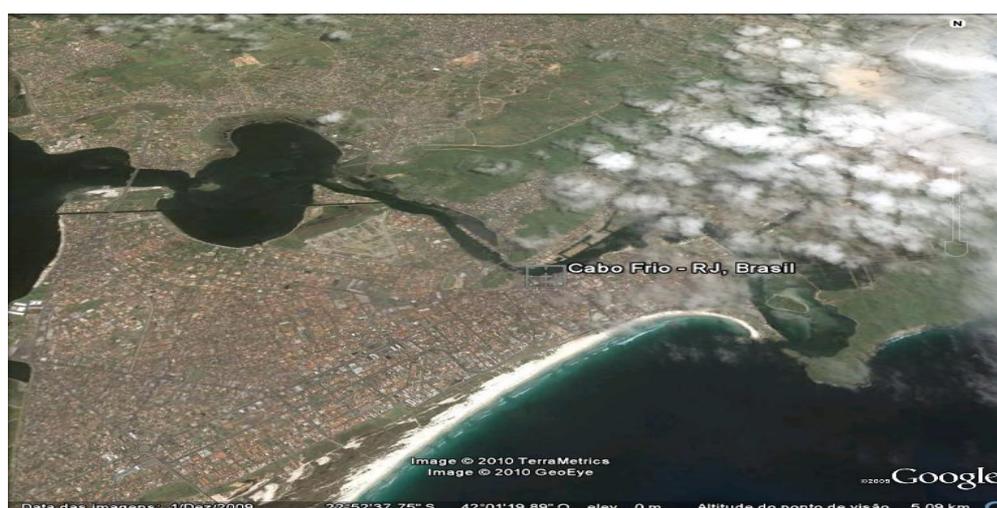


Figura 5. Mapa via satélite da cidade de Cabo Frio (1)
Fonte: Google Maps (2016)

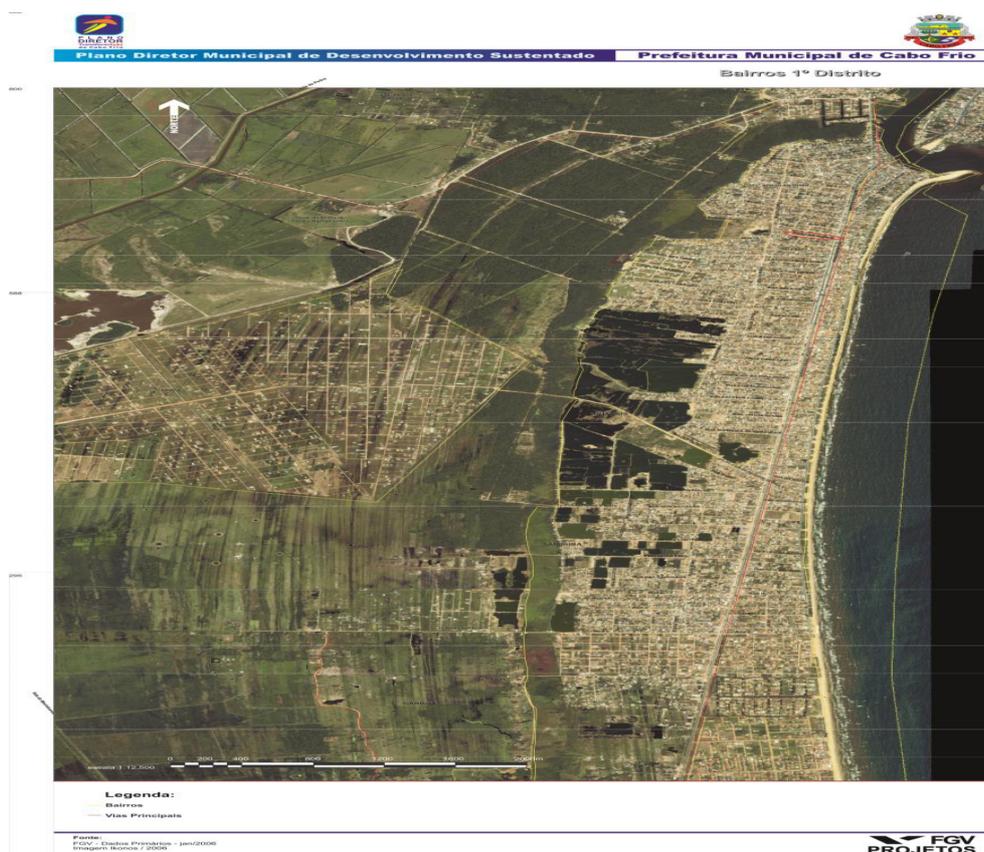


Figura 6. Mapa via satélite da cidade de Cabo Frio (2)
Fonte: Plano Diretor de Cabo Frio

Constata-se a expansão do centro urbano da cidade para além de uma distância de aproximadamente trinta e sete quilômetros afastada do centro histórico e tradicional de Cabo Frio.

A figura acima se refere aos bairros de Unamar e Tamoios que fazem divisa com Barra de São João, bem próximo ao Município de Rio das Ostras.

Expansão do território urbano, neste processo de produção do espaço, se caracteriza como fenômeno que transpassa o mero avanço da tessitura urbana.

Assim Sposito (2004) assevera que “o processo de expansão territorial urbana não se restringe apenas à dimensão material da cidade ou sítio urbano...engloba as dimensões jurídicas, infraestruturas e da representação subjetiva do que a população apreende como o fenômeno cidade”.

O solo da cidade tem função de moradia e valor de uso, constitui-se também em uma mercadoria, possui valor de troca. Neste diapasão processo de expansão territorial urbana envolve interesses imobiliários. Aprovação de novos loteamentos não se circunscreve somente a demanda por novas áreas urbanas, mas se submetem (LEME, 1999, p.91) a interesses privados através da “formação e aumento de um estoque imobiliário.

A expansão do território urbano implica em repercussões sobre toda a cidade. Relativamente ao tema Melazzo (1993) lembra que a expansão urbana constitui variável fundamental

Para a compreensão do processo de estruturação intraurbana por provocar modificações no estoque de terrenos disponíveis, mudanças nos preços relativos entre áreas e nos usos potenciais do solo urbano, bem como a alteração das acessibilidades no interior da cidade. (p. 52)

A dinâmica de expansão territorial urbana gera transformações na escala intermunicipal. Em alguns casos a expansão intensifica-se e pode gerar uma eventual continuidade de territórios entre cidades.

O fenômeno se observa basicamente entre Cabo Frio, Barra de São João e Rio das Ostras, onde as estruturas urbanas quase se mesclam em fluxos diversos.

Percebe-se, empiricamente uma forte tendência à continuidade dos territórios de Cabo Frio e Barra de São João que faz divisa com Rio das Ostras. A proximidade das manchas populacionais é flagrante.

Constata-se a formação de áreas urbanas mais descontínuas. Bairros como Tamoios, Aquarius e Unamar se encontram distantes e descontínuos em cotejo com a malha urbana tradicional de Cabo Frio e se aproximam cada vez mais de seus vizinhos.

No mesmo momento em que se nota tendência à aglomeração, percebe-se a dispersão das áreas urbanas, localizadas cada vez mais longe do centro tradicional da cidade, da tessitura urbana consolidada.

É óbvio que eventual localização mais afastada demanda aumento de gastos públicos para manutenção, nessas áreas, dos serviços públicos obrigatórios: iluminação, esgoto, água encanada, pavimentação, lazer, transporte, coleta de lixo, e etc.

Tais exemplos enquadram-se no fenômeno denominado por Ultramari e Moura (1994) de *periferização*, onde uma cidade principal termina por abarcar através da expansão territorial ou por força dos fluxos, bairros periféricos de cidades vizinhas.

Outro problema relevante e de difícil solução enfrentado por Cabo Frio é o da ocupação urbana irregular que se desenvolve de modo desenfreado na cidade.

Um exemplo categórico do fato é a ocupação de áreas de preservação ambiental nos limites do município, bem como nos bairros.

A figura 7 mostra a ocupação irregular no território das Dunas de Cabo Frio, área de preservação permanente.

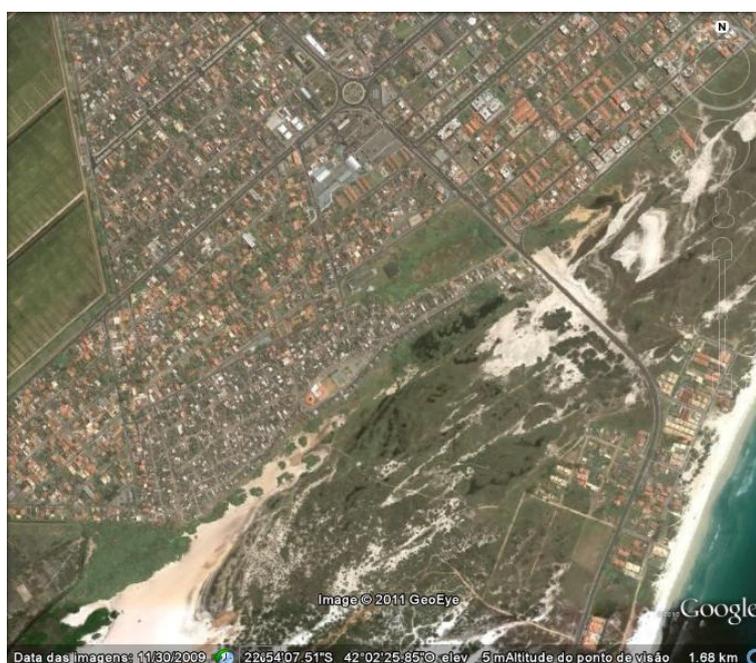


Figura 7. Mapa via satélite do território das Dunas (cidade de Cabo Frio)
Fonte: Google Maps (2016)

Nota-se que a mancha urbana se espraia para além dos limites do bairro adentrando de modo irregular as áreas protegidas.

Um relevante contingente do território de Cabo Frio é gravado como de preservação ambiental. A Lei Orgânica do Município (LOM), datada de 05 de abril de 1990, estabeleceu 05 (cinco) parques: Parque de Dunas, Parque da Praia do Forte, Parque da Boca da Barra, Parque da Gamboa, Parque da Mata do Rio São João.

Outros parques municipais foram criados posteriormente: Parque do Mico Leão Dourado, do Morro do Mico e Dormitório das Garças. Além dos parques, existe o tombamento estadual das Dunas de Cabo Frio, a APA Estadual do Pau-Brasil e a APA Federal do Rio São João.

O crescimento demográfico e a ocupação irregular de áreas urbanas se mostra decorrente dessa nova estrutura produtiva que implementa um novo processo produtivo e influencia diretamente no fluxo migratório que fomenta a expansão urbana descontrolada da cidade.

Por outro lado, a administração pública, de modo geral, não consegue exercer uma gestão de qualidade suficiente para equacionar os problemas de expansão desordenada do tecido urbano na cidade.

O processo de urbanização crescente que afeta genericamente as cidades brasileiras foi amplificado pelo período recente de acelerada expansão da economia. Ao invés de retratar progresso e desenvolvimento passou a fomentar certo crescimento desordenado.

A incapacidade gerencial destes desafios reflete-se, em Cabo Frio, em espécie de contradição entre os princípios legais urbanísticos (expressa no planejamento urbano e legislação) e gestão.

O planejamento, através dos Planos Diretores e de zoneamento – estabelece uma estrutura urbana hipotética/ideal, que em Cabo Frio não se assemelha à cidade real.

Constatou-se ao longo da pesquisa que grande parte da população urbana não possuiria renda para ter acesso ao espaço construído. O planejamento urbano,

e o zoneamento, definiriam padrões de ocupação do solo voltados para mercados de classe média e alta. Esse fato destinaria o território urbano para esses mercados específicos.

Nota-se, pela análise dos dados demográficos e das manchas populacionais de ocupação dos espaços urbanos, a existência de desproporcional entre oferta de espaço construído destinado às classes média e alta, em cotejo com as classes de baixa renda.

Tal fator motivou a constatação de ocupações irregulares em bairros nobres inclusive, bem como o crescimento desordenado dessa fração do tecido urbano da cidade.

Não obstante a precariedade dos dados, o Plano Diretor de Cabo Frio mapeou áreas de ocupação irregular, a saber:

- (1) em áreas alagáveis;
- (2) em cone aéreo de aproximação (proximidade do aeroporto da cidade);
- (3) em entorno imediato de lixões e/ou depósitos de lixo;
- (4) áreas próximas às extrações minerais;
- (5) em entorno imediato de patrimônio histórico;
- (6) nos ecossistemas ambientais vulneráveis;
- (7) nas unidades de conservação;
- (8) em áreas pela possibilidade de deslizamentos de encostas e processos erosivos.

As figuras 8 e 9 mostram de modo exemplificativo a ocupação irregular em diversos bairros da cidade fomentado pelo crescimento desordenado enfrentado nos últimos anos pela cidade.



Figura 8. Mapa via satélite da Comunidade do Lido localizada Praia do Forte (cidade de Cabo Frio)
Fonte: Google Maps (2016)



Figura 9. Mapa via satélite da Comunidade Buraco do Boi localizada na Praia do Forte (cidade de Cabo Frio)
Fonte: Google Maps (2016)

As áreas de interesse social, figura 10, geralmente representam comunidades que não possuem a necessária infraestrutura para receber os serviços públicos obrigatórios como saneamento, energia, equipamentos urbanos, entre outros.



Figura 10. Mapa via satélite da Áreas de Especial Interesse Social (cidade de Cabo Frio)
Fonte: Cabo Frio (Município). Plano Diretor (2016).

Necessário ressaltar que não foi constatado pela pesquisa, no Plano Diretor da Cidade, previsão para a designação de AEIS vazias, visando à implantação de futuros projetos de habitação de interesse social nos dois distritos de Cabo Frio.

A implementação do Plano Diretor é de competência poder público municipal. Pressupõe investimentos em equipamentos públicos, transporte, sistema viário,

infraestrutura, e especialmente o controle sobre a ação de interesses privados através da disciplina de uso do solo.

O zoneamento, que é a divisão do conjunto do território urbanizado (ou a ser urbanizado) em zonas diferenciadas, através de parâmetros de uso e ocupação específicos, criaria um modelo de cidade ideal.

Este fato, aliado à atividade econômica, traduziria índices coerentes de taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamento, tamanhos mínimos de lotes, entre outros.

A adoção de padrões urbanísticos exigentes e complexos traduz, aparentemente, uma visão tecnocrática e meramente formal da legislação urbanística.

O tratamento da tessitura urbanística como fator meramente técnico, onde a função da legislação fosse somente de implantar padrões *satisfatórios* de qualidade desacompanhados da real vontade de controle, mostra-se ineficaz para o controle e adequação da expansão urbana.

A imagem abaixo, figura 11, mostra mais uma comunidade irregular que se desenvolveu de modo desordenado na cidade, a reboque do crescimento populacional descontrolado experimentado pela cidade nos últimos anos. Trata-se da comunidade Vila do Sol, formada no ano de 2009.



Figura 11. Mapa via satélite da Comunidade Vila do Sol (cidade de Cabo Frio)
Fonte: Google Maps (2016).

Constata-se, de acordo com a teoria esposada nos capítulos anteriores, como as áreas periféricas da cidade tem se urbanizado e se fragmentado das áreas centrais do Município.

Outro exemplo, indicado na figura 12 é a comunidade do Morubá. Se localizada entre os bairros Braga e Vila Nova, ocupando uma área de 11.000m² divididas em 03 ruelas, e uma rua de intenso movimento, contendo 99 (noventa e nove) domicílios construídos irregularmente em área pública, cercada de imóveis de classe média e comércios de médio porte. Espantosamente se localiza a menos de um quilômetro da principal praia do município que recebe em torno de um milhão de visitantes na alta temporada.



Figura 12. Mapa via satélite da Comunidade de Morubá (cidade de Cabo Frio)
Fonte: Google Maps (2016).

Essa nova dinâmica urbana que a cidade experimenta nos últimos vinte anos demonstra a necessidade de se aperfeiçoar os instrumentos de gestão urbana como por exemplo, o Plano Diretor, entre outros.

Conclui-se que o perfil funcional de Cabo Frio, bem com sua dinâmica urbana, tem se alterado em função das novas condições econômicas experimentadas pela cidade.

Falou-se no início deste tópico que seriam tratadas as características da cidade. Logo, necessário frisar que Cidade e município são conceitos distintos no plano teórico. O primeiro, em tese, englobaria o segundo.

Segundo Soares (2006) no Brasil

o município é a menor unidade territorial com governo próprio, formado pelo distrito-sede, onde está localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município, e que corresponde à zona urbana municipal, e também pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos [...] Município e cidade não são, portanto, termos sinônimos, embora muitas pessoas assim os considerem. Convém salientar que, no Brasil, o termo cidade, desde 1938, designa a sede municipal, independentemente do seu número de habitantes. (p.78).

Visando espantar eventuais dúvidas conceituais cumpre esclarecer que para alinha de pesquisa adotada o fenômeno tratado é exatamente a dinâmica da cidade, fato dinâmico e concreto, sem descuidar dos aspectos funcionais do município enquanto ente federativo.

Aparentemente a obrado IBGE “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil”, não leva em consideração essa distinção sutil, mas de extrema importância para a análise do fenômeno *aglomeração urbana*.

Concluindo este item chega-se à percepção, através da exposição do material cartográfico (imagens) organizado, mesmo em face das dificuldades de localização de material que limita eventualmente algumas análises, espera-se ter dado uma contribuição para a percepção empírica da expansão territorial urbana da área pesquisada.

Com base no material organizado nesta etapa de pesquisa constata-se que houve efetivamente expansão territorial do centro urbano posto sob análise.

Verificou-se notável tendência à continuidade territorial expansão esta que vem se concretizando de forma dispersa e descontínua.

5. BREVE ANÁLISE DE DADOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO

No que se refere à pesquisa de dados estatísticos e informações sobre o município de Cabo Frio efetuou-se buscas a partir de fontes primárias e secundárias.

Foram efetuadas consultas em bancos de dados de diversas instituições de referência, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE RJ, Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, bem como dados registrados por outros pesquisadores.

Relativamente ao IBGE consultou-se dados disponibilizados em Censos Demográficos, nos seguintes anos, a saber: 2010, 2000, 1991, 1980, 1970 (migração e deslocamento, trabalho e rendimento, população, agregados por setores censitários e microdados da amostra), e pontagem da População.

Os microdados da amostra dos Censos, que refletem o menor nível de desagregação de dados dos recenseamentos, foram esclarecedores. Contudo, não serão abordados aqui, pois fugiria do objetivo inicial da pesquisa.

Contribuição importante desse tipo de informação refere-se aos dados de deslocamentos, ou fluxos pendulares. Por necessitarem de análise de programação específica foram apreciados mas não reproduzidos, por fugirem também do objetivo do trabalho, que era tão somente um panorama geral nos últimos vinte anos de algumas facetas do Município.

Outra ferramenta estatística utilizada foi o SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação de Dados. Este dispositivo se trata de banco de dados vasto e

disponibiliza informações referentes a diversos assuntos. Agrupa pesquisas derivadas de censos demográficos, contagem de população, censos Agropecuários, Indústria e Comércio, entre outros.

Uma dificuldade já referida diz respeito à ausência de dados sistematizados sobre o Município de Cabo Frio em anos anteriores à década de 2000.

Quando não foi possível obter dados anteriores utilizou-se os dados existentes no SIDRA relativos ao ano de 2010 objetivando se produzir um material básico de análise.

Além dos bancos de informações do IBGE, foram consultados dados socioeconômicos disponibilizados em diferentes instituições: IPEA (IPEADATA), Infoyalties (UCAM Campos) Ministério das Cidades (Sistema Nacional de Indicadores Urbanos), Ministério da Saúde (DATASUS), entre outros.

Algumas informações sobre fluxos foram apreciadas, mas não necessariamente reproduzidas como objeto de análise.

A coleta de dados junto aos órgãos municipais foi tarefa mais delicada diante da falta de colaboração por parte dos funcionários da administração pública, com exceção do IPHAN (sede regional em São Pedro da Aldeia-RJ) onde os servidores disponibilizaram com presteza bibliografia e registros sobre Cabo Frio. Também uma exceção digna de registro foi o atendimento prestado pelos servidores do Museu de Arte Sacra de Cabo Frio (órgão Federal vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus). Neste último, foram disponibilizados livros raros sobre a cidade de Cabo Frio.

Inicia-se a presente análise com dados relativos ao crescimento populacional da cidade.

As taxas de crescimento demográfico, bem como as taxas de urbanização são indicadores demo-geográficos que dimensionam parcelas da população residentes em áreas urbanas. Tal indicador, como medida de acessibilidade a programas e equipamentos sociais é relativamente limitada. A tabela 3 apresenta a área total do Município de Cabo Frio e sua correspondente densidade demográfica

por quilômetro quadrado. Nota-se que a cidade se encontra acima da média nacional em termos de densidade populacional.

Tabela 3: Área e Densidade demográfica da unidade territorial

Ano = 2010				
Variável	Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município			
	Brasil	Rio de Janeiro	Baixadas - RJ	Cabo Frio - RJ
Área total das unidades territoriais (Quilômetros quadrados)	8.502.728,30	43.780,20	3.644,70	410,4
Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por quilômetro quadrado)	22,43	365,23	192,29	453,75

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (IBGE-SIDRA, 2016)

A tabela 4 apresenta a evolução da população residente no município a partir do ano de 1991. Nota-se em 2010 um crescimento aritmético superior ao dobro da quantidade de residentes na década de 1991. Constata-se que as análises teóricas expendidas na parte inicial desta dissertação comprovam o deslocamento de pessoas e o considerável incremento demográfico por força de fatores econômicos que se observaram a partir da década de 1990 com o fortalecimento econômico dos municípios petrorentistas.

Tabela 4. População residente, por cor ou raça.

Variável = População residente (Pessoas)				
Cor ou raça = Total				
Ano	Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município			
	Brasil	Rio de Janeiro	Baixadas - RJ	Cabo Frio - RJ
1991	146.815.815	12.807.197	303.988	84.750
2000	169.872.856	14.392.106	462.325	126.828
2010	190.755.799	15.989.929	700.842	186.227

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (IBGE-SIDRA, 2016)

A tabela 5 reflete a relevância do município de Cabo Frio em sua microrregião geográfica. A participação de seu produto interno bruto na economia da Região é da ordem de cinquenta e seis vírgulas quarenta e sete por cento. Equivalente a praticamente a soma do produto interno bruto de todos os outros municípios.

Tabela 5: Produto interno bruto (PIB) (1)⁶

Variável = Participação do produto interno bruto a preços correntes no produto interno bruto a preços correntes da microrregião geográfica (Percentual)				
Ano = 2010				
Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município				
Brasil	-			
Rio de Janeiro	-			
Baixadas - RJ	-			
Cabo Frio - RJ	56,47			

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (IBGE-SIDRA, 2016)

Nota-se da tabela 6 que cinquenta e dois vírgulas dois por cento da população se encontra entre a faixa etária de 25 a 64 anos. O número de idosos é relativamente pequeno se confrontada com a totalidade da população.

⁶ A preços correntes e sobre produtos.

Tabela 6: Grupos etários

Grupos etários	População	Percentual (%) sobre o total
De 0 a 14 anos	44.095	23,7
De 15 a 24 anos	31.372	16,8
De 25 a 64 anos	97.185	52,2
65 anos ou mais	13.575	7,3
Total	186.227	100,0

Fonte: Banco UCAM - arquivo 1.1.População (ERJ, 2010)

A taxa de crescimento populacional do Município é de 3.92. A população urbana é quase quatro vezes maior que a rural. A população total de homens e mulheres é basicamente equivalente. No ambiente urbano a proporção de mulheres é maior do que a de homens. Relativamente ao grau de urbanização a população é predominantemente urbana 75,4% do total.

Tabela 7: Taxa de crescimento populacional do município

cresc_00_10	Taxa de crescimento populacional do município 2000-2010	3,92
pop_h_10	População de homens	90.831
pop_m_10	População de mulheres	95.396
pop_urb_10	População urbana	140.486
pop_rur_10	População rural	45.741
grau_urb_10	Grau de urbanização - percentual da população urbana sobre a total	75,4

Fonte: Banco UCAM - arquivo 1.1.População (ERJ, 2010)

A tabela 8 reflete o número de nascimentos com vida em Cabo Frio. Do ano de 1994 a 2003 ocorre uma oscilação frequente no número de nascidos vivos no Município. De 2004 a 2008 nota-se um crescimento considerável da taxa, para logo após os índices retomarem seu curso para mais próximo às primeiras medições de 1994 a 1998.

Tabela 8: Nascidos vivos - Rio de Janeiro

Nascim p/resid.mãe, Nascim p/ocorrênc segundo Ano do nascimento		
Município: 330070 Cabo Frio		
Período: 1994-2012		
Ano do nascimento	Nascim p/resid.mãe	Nascim p/ocorrênc
1994	3.129	3.171
1995	3.253	3.417
1996	2.088	2.359
1997	2.946	3.603
1998	2.532	2.803
1999	2.673	3.210
2000	2.683	3.317
2001	2.548	3.131
2002	2.695	3.128
2003	3.028	3.909
2004	3.155	4.195
2005	3.088	4.021
2006	3.020	3.715
2007	3.050	3.903
2008	2.916	3.576
2009	2.929	3.276
2010	2.706	2.938
2011	3.002	3.137
2012	2.890	3.007
TOTAL	54.331	63.816

Fonte: BRASIL⁷ (2011)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007, e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB –

⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Disponível em: <www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 12 mar. 2016

para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

O Município de Cabo Frio somente no ano de 2009 teve o IDEB acima do IDEB do Estado do Rio de Janeiro. Em todos os anos esteve abaixo do índice Brasil, com exceção do ano de 2005 que foi idêntico ao nacional.

Este índice é normativo: traz um juízo de valor sobre a dimensão investigada. É objetivo: pois é quantitativo. É composto: pois aglutinam dois ou mais indicadores simples. Trata-se de índice de estoque: pois representa a medida de uma dimensão social num momento específico; e produto: pois traduz um resultado efetivo, ou específico.

Tabela 9: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Brasil	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

Fonte: Brasil (2016) ⁸

Tabela 10. Anos Iniciais do Ensino Fundamental

4ª série / 5º ano													
Estado Rio de Janeiro	IDEB. Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	4.0	4.1	4.4	4.8	4.9	4.1	4.4	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2

Fonte: Brasil (2016) ⁹

⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2016

⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2016

Tabela 11 Anos Iniciais do Ensino Fundamental

4ª série / 5º ano													
Município Cabo Frio	IDEB. Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	3.8	3.9	4.5	4.7	4.7	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0

Fonte: Brasil (2016) ¹⁰

A tabela 12 efetua um cotejo entre a quantidade de domicílios particulares permanentes em 2010 no município de Cabo Frio, com base no acesso a serviços de infraestrutura urbana, e nas demais escalas: Brasil, Estado do Rio de Janeiro e Baixadas Litorâneas.

Tabela 12: Domicílios particulares permanentes – 2010

Níveis Territoriais	Número de Domicílios	Água = Rede geral	Banheiro exclusivo e esgoto rede	lixo = Coletado por serviço de limpeza	Existência de energia elétrica	Com todos os serviços
Brasil	57.324.167	47.494.025	38.017.479	45.991.584	56.595.495	32.962.264
Rio de Janeiro	5.243.011	4.434.277	4.483.424	4.521.369	5.237.114	3.566.949
Baixadas - RJ	224.512	160.918	172.458	205.601	224.028	128.313
Cabo Frio - RJ	59.443	41.270	48.911	55.529	59.331	36.984

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – (IBGE-SIDRA, 2016)

Proporcionalmente os indicadores de rede de esgoto, lixo coletado, existência de energia elétrica nos domicílios e no item todos os serviços a cidade de Cabo Frio se encontram acima da proporcionalidade nacional e dos municípios da Baixada Litorânea. Somente se encontrando em percentual abaixo no indicador rede geral em comparação com os dois níveis territoriais. Para calcular a proporção foi utilizada a quantidade de domicílios em cada uma destas condições sobre o total de domicílios no respectivo nível territorial identificado na tabela anterior, multiplicado por 100.

¹⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2016

Tabela 13. Infraestrutura urbana

Níveis Territoriais	Número de Domicílios	Água = Rede geral	Banheiro exclusivo e esgoto rede	lixo = Coletado por serviço de limpeza	Existência de energia elétrica	Com todos os serviços
Brasil	57.324.167	82,9	66,3	80,2	98,7	57,5
Rio de Janeiro	5.243.011	84,6	85,5	86,2	99,9	68,0
Baixadas - RJ	224.512	71,7	76,8	91,6	99,8	57,2
Cabo Frio - RJ	59.443	69,4	82,3	93,4	99,8	62,2

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – (IBGE-SIDRA, 2016)

Com efeito, o Município de Cabo Frio apresenta, na tabela 14, os indicadores analisados em índices maiores do que aqueles apresentados pelo Brasil, como territorialidade específica. Fica aquém dos índices apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro no IDHM, renda, longevidade e educação.

Tabela 14: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Espacialidades	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
	2010	2010	2010	2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Rio de Janeiro	0,761	0,782	0,835	0,675
Cabo Frio (RJ)	0,735	0,743	0,836	0,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2016).

Os indicadores sobre mercado de trabalho servem para avaliar as condições de inserção da população na força de trabalho do país, assim como permitem compreender aspectos da questão social de uma perspectiva estrutural ou conjuntural.

Na tabela 15, especificamente em sua segunda parte, que cuida das proporcionalidades, nota-se que em comparação com os outros níveis territoriais o município de Cabo Frio se encontra proporcionalmente acima da taxa de participação no mercado tanto em comparação com a Baixada Litorânea, quanto com o Brasil.

Dado curioso é que em comparação com o Estado do Rio de Janeiro a taxa de participação é bem maior, mais de quatro pontos percentuais. A Baixada Litorânea se encontra no mesmo nível do Brasil, relativamente à Taxa de Participação.

Tabela 15: Pessoas de 10 anos de idade ou mais - condição de atividade.

Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)					
Idade = 14 anos ou mais					
Ano = 2010					
Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município					
Unidade Territorial	Total-PIA	Economicamente ativas	Economicamente ativas - ocupadas	Economicamente ativas - desocupadas	Não economicamente ativa
Brasil	148.318.838	92.686.416	85.643.701	7.042.716	55.632.422
Rio de Janeiro	12.862.257	7.782.158	7.127.175	654.983	5.080.099
Baixadas - RJ	549.381	342.459	309.279	33.181	206.922
Cabo Frio - RJ	145.352	93.209	84.470	8.739	52.143

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – (IBGE-SIDRA, 2016)

Situação semelhante diz respeito à Taxa de Ocupação. Constata-se da tabela abaixo que Cabo Frio está acima dos outros níveis territoriais, mas neste caso se aproxima mais do nível nacional. A Baixada Litorânea se encontra próxima da taxa do Estado do Rio de Janeiro.

Já a taxa de desemprego assemelha-se à da Baixada Litorânea, afastando-se do nível nacional.

A taxa de inatividade de Cabo Frio se afigura maior que a do nível nacional, e do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 16: Taxa de inatividade

Unidade Territorial	PEA SOBRE A PIA - TAXA DE PARTICIPAÇÃO *	TAXA DE OCUPAÇÃO **	TAXA DE DESEMPREGO ***	TAXA DE INATIVIDADE ****
Brasil	62,49	57,74	7,60	4,75
Rio de Janeiro	60,50	55,41	8,42	5,09
Baixadas - RJ	62,34	56,30	9,69	6,04
Cabo Frio - RJ	64,13	58,11	9,38	6,01
Fonte: Censo Demográfico 2010 - SIDRA IBGE				
* PEA sobre a PIA				
** Ocupados sobre a PIA				
*** Procurando trabalho sobre a PEA				
**** Desocupados Não procurando trabalho sobre a PIA				

Fonte: Elaborado pelo Autor (2016).

Na tabela 17 tem-se que proporcionalmente o município de Cabo Frio e a Baixada Litorânea se apresentam em situações proporcionalmente semelhantes no que diz respeito a trabalhadores com carteira, e distanciados do Estado do Rio de Janeiro que possui uma proporcionalidade maior relativamente a esses trabalhadores.

Relativamente aos funcionários públicos estatutários Cabo Frio está acima do nível nacional. Situação que se repete com os empregados sem carteira. No que respeita aos por conta própria e empregadores Cabo Frio se afigura em posição de superioridade tanto em relação ao Estado, quanto em relação à Baixada Litorânea.

Estes dados representam dimensões estruturais, pois se relacionam com as condições de assalariamento, proteção social, emprego autônomo, ou cargo ocupado, por exemplo.

Tabela 17: Crianças com 10 anos de idade ou mais ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (1)

Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Pessoas)				
Ano = 2010				
Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal				
	Brasil	Rio de Janeiro	Baixadas - RJ	Cabo Frio - RJ
Empregados	61.176.567	5.469.203	221.551	59.801
Empregados - com carteira	39.107.321	3.772.503	124.066	34.219
Funcionários públicos estatutários	4.651.127	431.452	25.226	6.515
Empregados - outros sem carteira	17.418.119	1.265.248	72.259	19.067
Não remunerados em domicílio	1.485.492	80.416	3.671	893
Trabalhadores próprio consumo	3.459.638	28.892	2.929	596
Empregadores	1.703.130	137.050	7.258	2.308
Conta própria	18.529.011	1.436.058	75.102	21.195
Total	86.353.839	7.151.619	310.511	84.792

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – (IBGE-SIDRA, 2016)

Tabela 18: Crianças com 10 anos de idade ocupados na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (2)

Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Pessoas)				
Ano = 2010				
Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal				
	Brasil	Rio de Janeiro	Baixadas - RJ	Cabo Frio - RJ
Empregados - com carteira	45,3	52,8	40,0	40,4
funcionários públicos estatutários	5,4	6,0	8,1	7,7
Empregados - outros sem carteira	20,2	17,7	23,3	22,5
Não remunerados em domicílio	1,7	1,1	1,2	1,1
Trabalhadores próprio consumo	4,0	0,4	0,9	0,7
Empregadores	2,0	1,9	2,3	2,7
Conta própria	21,5	20,1	24,2	25,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – (IBGE-SIDRA, 2016)

O rendimento médio no trabalho é sensível às variações conjunturais da economia (abertura de postos de trabalho, inflação, aumento salarial, entre outros).

Na tabela 19 nota-se que as mulheres, consideradas por grupo, percebem remuneração menor do que os homens proporcionalmente quando se leva em consideração a mesma quantidade de horas trabalhadas.

Tabela 19: Crianças com 10 anos de idade ocupada no trabalho principal

Município = Cabo Frio - RJ		
Variável = Valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho principal (Reais)		
Nível de instrução = Total		
Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal = Total		
Grandes grupos de ocupação no trabalho principal = Total		
Ano = 2010		
Sexo		
Total	Homens	Mulheres
1.178,41	1.327,55	970,17

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – (IBGE-SIDRA, 2016)

Nota-se da tabela 20 que o percentual da renda dos 20 % mais pobres no Município de Cabo Frio se encontra acima do percentual do Estado do Rio de Janeiro.

De forma inversa o percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos se encontra abaixo do índice do Estado do Rio de Janeiro. A renda per capita de Cabo Frio afigura-se inferior à do Estado do Rio. E o percentual de pobres é sensivelmente maior que o índice do Estado. Situação inversa ocorre com índice de gini que se apresenta menor que o do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 20: Renda

Espacialidade	COD IBGE	Percentual da renda - 20% mais pobres (2010)	Percentual da renda - 20% mais ricos (2010)	Índice de Gini (2010)	Renda per capita (2010)	% de pobres (2010)
Brasil	--	2,41	63,4	0,6	793,87	15,2
Cabo Frio (RJ)	330070	3,52	59,14	0,54	815,75	8,73
Rio de Janeiro	33	3,05	64,26	0,59	1039,3	7,23

Fonte Atlas do Desenvolvimento Humano (2016)

Analisando a tabela 21, nota-se que se trata de indicador estrutural de mercado de trabalho a posição na ocupação. O Município de Cabo Frio possui um maior contingente de trabalhadores nos setores de construção e no comércio.

Enquanto de modo geral a baixada litorânea, juntamente com o Estado do Rio de Janeiro, concentram maior contingente de trabalhadores na indústria de transformação e comércio, seguido das atividades de transporte, armazenagem e correio (atividades logísticas).

Em Cabo Frio os serviços domésticos também possuem uma participação expressiva nas atividades ocupacionais dos indivíduos. Alojamento e alimentação de igual forma avultam nas análises sobre o Município.

Tabela 21: Crianças com 10 anos de idade: ocupadas por atividades

Ano = 2010			
Seção de atividade do trabalho principal	Unidade da Federação, Mesorregião e Município		
	Rio de Janeiro	Baixas - RJ	Cabo Frio - RJ
Total	7.151.619	310.511	84.792
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	152.903	11.331	2.315
Indústrias extrativas	67.326	6.520	913
Indústrias de transformação	614.436	16.301	4.559
Eletricidade e gás	25.975	970	203
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	51.989	2.098	485
Construção	584.538	44.106	11.579
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.297.208	58.837	17.717
Transporte, armazenagem e correio	390.875	11.275	2.770
Alojamento e alimentação	317.916	17.916	6.344
Informação e comunicação	143.263	3.059	1.030
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	122.083	2.578	665
Atividades imobiliárias	42.644	2.089	553
Atividades profissionais, científicas e técnicas	277.545	6.274	1.832
Atividades administrativas e serviços complementares	342.818	12.360	4.358
Administração pública, defesa e seguridade social	452.949	26.149	6.144
Educação	439.799	19.105	5.489
Saúde humana e serviços sociais	370.288	10.841	3.519
Artes, cultura, esporte e recreação	90.795	3.267	1.121
Outras atividades de serviços	250.446	9.585	2.949
Serviços domésticos	619.767	31.042	7.124
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	444	-	-
Atividades mal especificadas	495.612	14.810	3.121

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – (IBGE-SIDRA, 2016)

O PIB é um indicador econômico que mede o valor total de bens e serviços finais produzidos internamente na economia de um país. Pode ser analisado sob a ótica da despesa, da renda, e da oferta.

A tabela 22 informa que Cabo Frio participou com o montante de R\$ 6.557,251, no total do PIB Estadual a preços correntes, que foi de R\$ 407.122,794.

Tabela 22: Produto Interno Bruto (PIB)(2)¹¹

Ano = 2010						
Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município	Variável					
	Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes (Mil Reais)	Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)	Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Mil Reais)	Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, inclusive adm, saúde e edu. Púb. e seg.social (Mil Reais)	Valor adicionado bruto a preços correntes da adm., saúde e edu. públicas e seguridade social (Mil Reais)
Rio de Janeiro	407.122.794	62.717.369	1.449.018	96.617.936	246.338.471	64.438.535
Baixas - RJ	19.770.789	900.672	100.736	9.997.982	8.771.400	2.951.723
Cabo Frio - RJ	6.557.251	274.307	31.365	3.552.730	2.698.849	784.534

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – (IBGE-SIDRA, 2016)

A tabela 23 apresentou uma comparação apenas do município selecionado, em relação aos seguintes indicadores em 2000 e 2010: participação do PIB municipal no PIB regional; participação do PIB municipal no PIB estadual; Produto Interno Bruto per capita e Renda per capita a partir do censo. A participação do PIB de Cabo Frio no PIB Estadual dobrou em dez anos. O PIB per capita mensal do município quase chegou aumentou em quase o dobro do valor no mesmo período.

¹¹ A preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações

Tabela 23: Participação Produto Interno Bruto (PIB)

Tabela 3 PIB 2000-2010									
Ano 2000									
nome	ome_regia	cod igo _re gia o	pib_00	part_ pib_r eg_00	part _pib _rj_0 o	ptotal_00	pib_pc_00	_pcmensal	renda_ pcmens _00
Cabo Frio	Baixadas Litorâneas	4	1.148.221,04	26,9	0,8	126.828	9.053,37	754,45	310,71
Ano 2010									
nome	ome_regia	cod igo _re gia o	pib_10	part_ pib_r eg_10	part _pib _rj_1 o	ptotal_10	pib_pc_10	_pcmensal	rendapc _mensa l_10
Cabo Frio	Baixadas Litorâneas	4	2.923.365,61	33,4	1,6	186.227	15.697,86	1.308,16	407,08

Fonte: Banco de Dados da UCAM (2016)

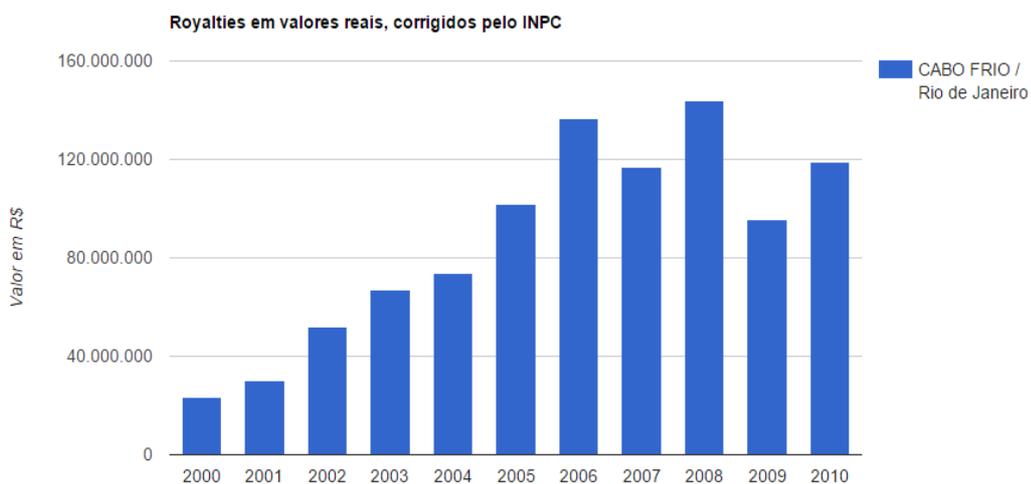
Constata-se o aumento crescente da arrecadação de royalties a partir do ano de 2000 até o ano de 2010. Certamente os impactos sócioespeciais constatados ao longo desta pesquisa foram fortemente influenciados pelo aumento da arrecadação municipal.

Tabela 24: Royalties em valores reais, corrigidos pelo INPC

CABO FRIO / Rio de Janeiro	2000	R\$ 23.371.221,04	R\$ 64.330.507,73
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2001	R\$ 29.954.639,08	R\$ 76.691.214,84
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2002	R\$ 52.076.547,31	R\$ 119.659.951,41
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2003	R\$ 66.995.640,12	R\$ 133.490.551,32
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2004	R\$ 73.994.296,40	R\$ 138.235.820,54
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2005	R\$ 101.758.892,20	R\$ 179.720.250,24
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2006	R\$ 136.406.952,97	R\$ 233.776.746,59
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2007	R\$ 116.805.655,64	R\$ 192.282.278,02
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2008	R\$ 144.061.810,98	R\$ 222.539.023,69
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2009	R\$ 95.662.504,78	R\$ 140.447.564,58
CABO FRIO / Rio de Janeiro	2010	R\$ 119.183.071,06	R\$ 166.852.822,79

Fonte: InfoRoyalties ((2016) a partir de Agência Nacional do Petróleo e IBGE)

O gráfico 1 abaixo retrata esquematicamente o crescimento informado na tabela anterior.

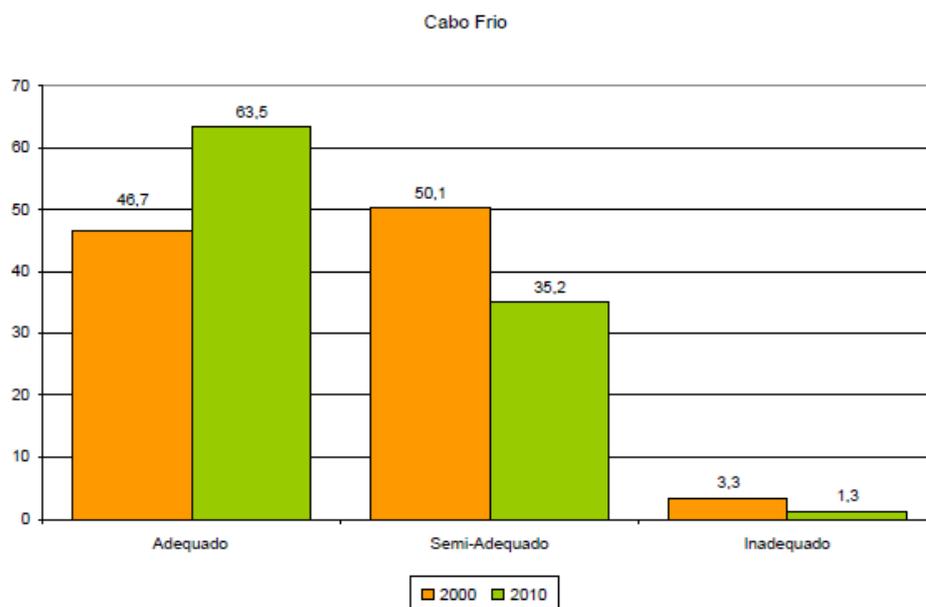
**Gráfico 1:** Royalties em valores reais, corrigidos pelo INPC

Fonte: InfoRoyalties ((2016) a partir de Agência Nacional do Petróleo e IBGE)

Segundo o Censo 2010 que avaliou a estrutura de saneamento dos domicílios brasileiros, foram classificadas como adequadas, semi-adequadas ou inadequadas.

Cotejando-se os dados com o censo anterior nota-se que no período de 2000 a 2010, 72 municípios fluminenses refletiram ampliação na proporção de domicílios adequados e redução de inadequados.

Em Cabo Frio, a evolução do indicador ocorreu conforme o gráfico 2 seguir:



Fonte: IBGE Cidades. Censo 2010. Disponível em <http://IBGE.gov.br>.

Gráfico 2: Distribuição percentual por tipo de saneamento: série histórica 2000/2010
Fonte: InfoRoyalties ((2016) a partir de Agência Nacional do Petróleo e IBGE)

Nota-se o considerável aumento de domicílios com saneamento considerado adequado e redução sensível daqueles com saneamento inadequado.

No que diz respeito ao desempenho do Sistema único de Saúde, existe um índice de desempenho do SUS (IDSUS). Trata-se de um indicador síntese elaborado pelo Ministério da Saúde. Seu objetivo é fazer uma aferição contextualizada do SUS quanto ao acesso (potencial ou obtido) e à efetividade da atenção básica, da atenção ambulatorial e hospitalar e das urgências e emergências.

Segundo o TCE/RJ (2013) o objetivo do índice é

Subsidiar ações, presentes e futuras, dos gestores municipais, estaduais e federais, a fim de melhorar a qualidade dos sistemas de serviços e a saúde dos brasileiros. O índice varia de 0 a 10, e quanto mais alto, melhor. De acordo com o Ministério da Saúde, o serviço do SUS pode ser considerado bom com nota superior a 7,00

A última pesquisa foi divulgada em março de 2012. O Sistema no Brasil obteve a nota 5,47. O Estado do Rio de Janeiro com 4,58 e a cidade do Rio de Janeiro com 4,33. Cabo Frio, pertencente ao grupo 2 do IDSUS, obteve o índice 5,77, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 25: Índice de Desempenho do SUS – Grupo 2 – Março 2012

Cabo Frio	5,77	Nova Iguaçu	4,41
Campos dos Goytacazes	5,38	Petrópolis	5,53
Duque de Caxias	4,57	São Gonçalo	4,18
Itaperuna	5,26	Volta Redonda	6,53
Niterói	4,24		

Fonte: TCE/RJ (2013)

Segundo Scott (1994, p.69) o espaço geográfico da cidade: “[...] é decomponível em três espaços principais o espaço da produção (referente às atividades produtivas), o espaço social (que é o lugar da atividade residencial e da vida familiar) e o espaço de circulação (que é o lugar dos movimentos através da cidade) [...]”.

Logo é de se observar que os espaços articulados podem ser verificados também na escala intermunicipal, em face da intensificação de expansão territorial urbana, bem como dos fluxos, fato que levaria à continuidade territorial e espacial. Todos os indicadores apresentados demonstram teoricamente as novas relações produtivas que permearam o espaço urbano da cidade. Tanto em termos econômicos, quanto sociais e demográficos.

Eventuais características das cidades influenciam nos fluxos interurbanos, direcionamento, intensidade e frequência. Como exemplo cita-se o setor de saúde, a

dependem da infraestrutura disponibilizada por um município, eventuais usuários precisam se deslocar a outras localidades visando o atendimento de sua demanda.

6: GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA E A QUESTÃO DO SANEAMENTO

Com efeito, em face do novo pacto federativo estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que privilegiou a descentralização política-administrativa como modelo gerencial da *coisa pública* no Brasil, estados e municípios foram dotados de mais autonomia para a instituição entes regionais.

O objetivo da nova política legislativa foi o de promover a melhoria da gestão de funções urbanas e regionais que extrapolassem a competência e capacidade, financeira e administrativa, de apenas um município ou unidade da Federação sempre que se vislumbraassem objetivos comuns.

Tais entidades poderiam se revestir da forma de regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas, de acordo com o artigo, Art.25, § 3, da Constituição da República, que manifesta da seguinte forma

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Após o advento da Constituição Federal de Após 1988 a prerrogativa de criação e instituição de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas passa a ser dos Estados federados.

Neste sentido, muitos estados brasileiros passaram a prever, em suas constituições estaduais, a criação destas entidades.

No Estado do Rio de Janeiro a Constituição Estadual¹², do ano de 1989, em seus artigos 75 e seguintes, previa a criação das referidas entidades regionais:

Art. 75 - O Estado poderá criar, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas e serviços de interesse comum. § 1º - Os Municípios que integrem agrupamentos não perdem a autonomia política, financeira e administrativa. § 2º - As regiões metropolitanas, as microrregiões e as aglomerações urbanas disporão de um órgão executivo e de um Conselho Deliberativo compostos na forma da lei complementar que incluirá representantes dos poderes Executivo e Legislativo, de entidades comunitárias e da sociedade civil. § 3º - O Estado e os Municípios estabelecerão mecanismos de cooperação de recursos para assegurar a realização das funções públicas e serviços de interesse comum das regiões, microrregiões e aglomerações urbanas. § 4º - Os Municípios que suportarem os maiores ônus decorrentes de funções públicas de interesse comum terão direito a compensação financeira a ser definida em lei complementar. Art. 76 - É facultada aos municípios, mediante aprovação das respectivas Câmaras Municipais, a formação de consórcios intermunicipais, para o atendimento de problemas específicos dos consorciados no período de tempo por eles determinado.

Não obstante a previsão legal, e estímulo para institucionalização dessas novas figuras gerenciais apenas uma região metropolitana foi criada, através da lei complementar nº 87¹³, de 16 de dezembro de 1997, a saber a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta pelos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

Foi criada pela mesma norma a Microrregião dos Lagos, integrada pelos Municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba

¹² Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/cerj.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

¹³ Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse comum.

Apesar da previsão legal sua estrutura e funcionamento não saíram do papel. Seu objetivo principal era a organização, o planejamento e a execução de funções públicas e serviços de interesse comum.

Nota-se que os conceitos de aglomeração urbana, microrregião, e até mesmo o de região metropolitana se confundiam e não eram compreendidos de modo claro, tecnicamente.

Analisando o conceito de institucionalização das regiões metropolitanas Moura e Firkowski (2001, p.107) concluem que “o que prevalece é o desejo do status. Mais que criar regiões, se instituem metrópoles, associada ao peso simbólico que as relacionam a “progresso” e “modernidade”.

Apesar da normatização genérica existente, não foi caracterizada legalmente nenhuma aglomeração urbana no Estado do Rio de Janeiro.

Esclarecedor é o posicionamento de Ultramari e Moura (1994, p.127.) sobre a confusão conceitual no reconhecimento e descrição oficial desses entes, asseveram que “os termos constitucionais oficializam aglomerações urbanas como entidades regionais, ao lado de regiões metropolitanas e microrregiões, uma apropriação conceitual *polêmica, que fragiliza sua aplicabilidade*.

Constata-se, com base em teoria sólida que a criação de eventuais aglomerações urbanas no Estado do Rio de Janeiro se confronta com dificuldades relativas ao texto da própria legislação específica. Que muitas vezes apenas repete conceitos não amadurecidos ou bem definidos tecnicamente. Sem falar nos interesses políticos locais, e econômicos, que acabam direcionando os processos decisórios dos arranjos institucionais referidos.

Tanto o planejamento regional, quanto a gestão, nestes casos, objetivam ao atendimento de interesses públicos intermunicipais. E se mostram cada dia mais relevantes em face dos novos processos de urbanização que as cidades experimentam, especialmente as cidades da Região do Lagos.

Neste diapasão, conclui-se que eventual caracterização de uma aglomeração urbana não depende somente de sua institucionalização formal.

Encontram-se envolvidos processos e fenômenos decorrentes de fatores sócio-econômicos e produtivos, bem como transformações sócio-espaciais decorrentes de ordens diversas, como, por exemplo, relações e fluxos intra e interurbanos.

O seu reconhecimento oficial, contudo, contribuiria para a institucionalização do planejamento regional, bem como para apropriada gestão urbana integrada. Sem falar nas ações consorciadas que também estão previstas na legislação e muitas vezes são relegadas a segundo plano por força da pseudo autonomia municipal.

O desafio que se apresenta diante dos olhos neste momento é a justamente a superação de interesses puramente locais, objetivando um planejamento efetivamente regional.

Várias áreas de atuação poderiam se potencializadas com esses arranjos institucionais “consorciados”, expressão utilizada aqui em seu sentido amplo, para demonstrar que aspectos diversos da gestão pública como transporte, limpeza pública, disposição e tratamento de resíduos, saneamento entre outros.

6.1. DA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

No ano de 2015, veio a lume a Lei 13.089/15¹⁴ que instituiu o Estatuto da Metrópole. Essa moderna normatização possibilitou um avanço pontual e específico, da gestão dos territórios metropolitanos no Brasil.

A tão esperada regulamentação dos dispositivos constitucionais genéricos foi implementada.

A novel legislação estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e

¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 12 fev. 2016.

em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano.

A legislação em comento estabelece que os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Ainda dispõe que Estado e Municípios inclusos em região metropolitana ou em aglomeração urbana formalizada e delimitada na forma do artigo 3º, deverão promover a governança interfederativa, sem prejuízo de outras determinações desta Lei.

Especial avanço dessa legislação é a conceituação do instituto jurídico da governança interfederativa que seria tecnicamente o compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Uma crítica de que se ressentem o novo Diploma Legal é justamente a questão da imprecisão de seus termos ao tentar definir e conceituar os entes que pretende regulamentar. Segundo Ribeiro (2015)¹⁵ os legisladores não levaram em consideração as especificidades dos fenômenos urbanos. Preocuparam-se mais em definir a governança interfederativa em aspectos gerais.

Não obstante a crítica abriu-se possibilidades de arranjos institucionais até então desconhecidas pelos gestores públicos brasileiros.

¹⁵ A leitura do “Estatuto da Metrópole” indica uma insuficiência para criar condições institucionais e políticas que respondam a estes dilemas e desafios. Em primeiro lugar, os legisladores focaram a atenção na regulação das funções de interesse comum e na governança interfederativa em geral. Em segundo, no desenho da lei, não houve uma preocupação em tratar da complexidade e da diversidade da rede urbana brasileira. Ao desconsiderar as especificidades que caracterizam o fenômeno metropolitano, o Estatuto da Metrópole assume como escopo da sua abrangência as atuais Regiões Metropolitanas constituídas com base nas imprecisas e equivocadas definições das leis estaduais. Apesar de um esforço e de um avanço conceitual, o Estatuto, de certa forma, legitima as imprecisões e equívocos gerados por estas leis ao não considerar a possibilidade de revisá-las. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1148%3Aestatuto-da-metr%C3%B3pole-avan%C3%A7os-limites-e-desafios&Itemid=180>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Talvez o maior desafio enfrentado pelos gestores públicos atualmente, em nível de planejamento regional, seja o da governabilidade de regiões metropolitanas e congêneres, justamente por conta do padrão fragmentado de atuação dos municípios pertencentes às regiões.

Neste sentido, o Estatuto da Metrópole em seu artigo 9º, institui uma série de instrumento gerenciais para a cooperação de municípios pertencentes às regiões metropolitanas, e àquelas aglomerações urbanas definidas em lei. São os seguintes instrumentos de desenvolvimento urbano integrado: plano de desenvolvimento urbano integrado; planos setoriais interfederativos; fundos públicos; operações urbanas consorciadas interfederativas; zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; consórcios públicos, observada a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; convênios de cooperação; contratos de gestão; compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana, conforme o inciso VII do **caput** do art. 7º desta Lei; e parcerias público-privadas interfederativas.

As aglomerações urbanas e regiões metropolitanas oficiais dispõem, então, de novos mecanismos gerenciais que podem ser utilizados para equacionar eventuais problemas regionais. Sua governança interfederativa compreenderá em sua estrutura básica: instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; organização pública com funções técnico-consultivas; e sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.

Lançando mão desses modernos recursos gerenciais a aglomeração urbana de Cabo Frio poderia racionalizar a gestão de um problema que afeta toda a Região que é justamente a questão do saneamento da Lagoa Araruama, e que será analisada no próximo tópico.

6.2: A QUESTÃO DO SANEAMENTO

Na Região dos Lagos o serviço de distribuição de água e tratamento de esgoto se encontra a cargo da concessionária PROLAGOS S/A. A concessão é um instrumento legal que garante a uma pessoa jurídica o direito de administrar, operar e cobrar pela prestação de um serviço público, por um determinado período estabelecido em contrato.

Via de regra, após o encerramento da avença eventuais obras e investimentos porventura efetuados incorporam no patrimônio do poder concedente, União, Estados ou municípios.

A concessão da Prolagos teve origem a partir do contrato nº CN/04/96, de 25/04/1996, que foi o resultado de um concurso público internacional. O início da concessão se deu em 1998, com prazo de duração de 25 anos.

No ano de 2011 o prazo de atuação da concessionária foi aditado. Estendeu-se por mais 18 anos, até 2041, a responsabilidade da empresa tanto para o serviço de distribuição de água, quanto para o tratamento do esgoto da região.

A atual concessão é acompanhada institucionalmente pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

O novo contrato fixa e regulamenta as responsabilidades, compromissos e metas da concessionária para implantação dos sistemas de fornecimento, distribuição de água potável e tratamento de esgoto para as cidades que fazem parte da área de concessão – Armação dos Búzios, Arraial do Cabo (somente água), Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia¹⁶.

Curiosamente o referido contrato vincula os municípios da Região, mas delega o controle dos serviços prestados à Agência Reguladora do Estado, fato totalmente paradoxal.

¹⁶ Com a ampliação do prazo de concessão, as metas contratuais de atendimento da população da área urbana, originalmente de 90% (fornecimento de água) e 70% (tratamento de esgoto), passaram para 98% e 90%, respectivamente. Disponível em: <<http://www.prolagos.com.br/a-concessao>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

No momento de se efetuar controle e adequação dos serviços os municípios que sofrem a atuação direta da concessionária não possuem prerrogativas fiscalizatórias nem sancionatórias.

De acordo com a cláusula décima oitava do contrato de concessão, fiscalizar, através da agencia reguladora do estado, permanentemente, a prestação dos servidos prestados pela concessionária, bem como aplicar multas e outras penalidades contratuais.

Nota-se que o poder fiscalizatório dos municípios envolvidos na concessão é totalmente mitigado, para não dizer inexistente.

Tal fato gera um problema visceral de gestão pública para os municípios envolvidos na concessão. Quaisquer problemas existentes que forem constatados na prestação do serviço de distribuição de água ou tratamento do esgoto se encontram fora de suas prerrogativas institucionais de controle. Fato paradoxal.

O serviço é prestado nos municípios, que se vinculam contratualmente, mas estes não podem exercer prerrogativas fiscalizatórias sobre a distribuição de água e nem sobre o tratamento de esgoto oferecido.

A parte sensível e visível do problema de saneamento da Região dos lagos, onde o contrato de concessão pressupõe uma abrangência de atendimento á população da ordem de 98% de tratamento de esgoto, de acordo com o contrato de concessão, se reflete na Lagoa Araruama – ou laguna como nomeiam os experts - que banha praticamente todos os municípios da Região.

A Lagoa, que é hipersalina, sofre com o problema do despejo em natura do esgoto produzido pelos municípios banhados por ela.

Em 1999 houve a criação do consórcio ambiental lagos São João - que não é uma instituição tecnicamente pública, pois possui representantes de instituições privadas, sua natureza foge da conceituação declinada pelo Estatuto da metrópole - sendo que alguns Municípios da Região estão presentes em sua composição. Contudo a atuação do consórcio não é voltada especificamente para a questão do saneamento básico. Fato que fragiliza sua atuação.

Não se pode desprezar o fato de que o Consórcio Lagos São João iniciou um movimento pela recuperação da lagoa. E fomentou as tratativas de repactuação do contrato original de concessão. Tal atuação viabilizou a antecipação das metas para o saneamento da Lagoa¹⁷.

A consequência mais drástica enfrentada pelos municípios da Região quanto à falta de tratamento do esgoto que é derramado na Lagoa Araruama e a dessalinização de suas águas, fato que acarreta a proliferação e o apodrecimento de algas ao longo das praias de sua orla, em todos os municípios de sua abrangência. Sem falar na mortandade de peixes e extinção de espécies de seu ecossistema.

Estranhamento a adoção de medidas paliativas foram autorizadas como a captação de esgoto a tempo seco, que significa a utilização das redes de águas pluviais dos Municípios para a captação do esgoto e encaminhamento até as poucas estações elevatórias, que bombeiam o esgoto para as ainda mais raras estações de tratamento de água existentes na Região¹⁸.

A atuação dos municípios é quase nula em termos de controle e direção destas atividades. A Agencia Reguladora do Estado – AGENERSA – é quem, contratualmente, pode fiscalizar e controlar esse tipo de atuação da concessionária.

Percebe-se que o fator econômico tende a nortear a atuação da concessionária, quando esta deveria construir redes próprias de condução de esgoto mas utiliza a precária estrutura pluvial dos sistemas de escoamento de águas dos municípios. Consequência prática dessa atuação: nos dias de chuva intensa com o aumento do volume de água nas estações elevatórias (água limpa da chuva e água proveniente de esgotos sanitários) as estações de bombeamento não suportam o volume de água e as comportas são abertas para vazão do esgoto diretamente na Lagoa Araruama.

Segundo informação da revista Cidades (2015, nº 40) as redes pluviais de Cabo Frio e Búzios

¹⁷ Informação veiculada pela Revista Cidade, ano 2015, n. 40, pag. 23.

¹⁸ Informação veiculada pela Revista Cidade, ano 2015, n. 40, pag. 23.

não estão dimensionadas para receber esse excedente, e foram muitos os registros de despejo de esgoto no canal Itajuru, em Cabo Frio, e nas praias do canto e Manguinhos, em Búzios, durante o verão. Com a volta das chuvas, a praia do Canto voltou a receber o despejo de esgoto in natura misturado com a água das chuvas, formando uma enxurrada negra sob o cais do Centro.

Esse modelo pernicioso de condução e tratamento do esgoto foi aprovado no ano de 2002, pelo Poder concedente. Os municípios aceitaram a proposta provisória sob a condição de que os investimentos definitivos fossem antecipados.

Segundo a PROLAGOS S/A setenta e seis por cento do esgoto produzido pelos municípios de sua área de concessão estão tratados. Mas os próprios municípios, aparentemente não têm acesso a essa metodologia de cálculo.

São Pedro d Aldeia a Iguaba Grande também se ressentem da ausência de saneamento da Lagoa. Essas cidades não são banhadas pelo Oceano Atlântico. Suas economias dependem em grande parte da lagoa, por conta do Turismo.

O município de São Pedro da Aldeia, de acordo com a pesquisa, se encontra entre os poucos que investem em saneamento. Em parte por que é beneficiado com os recursos do ICMS Verde. E assim vem ampliando gradativamente sua rede separativa. Segundo informação prestada pela Secretária de Ambiente à época “entre os anos de 2013 e 2014, o município implantou 8.604 metros de rede, entre canos e manilhamento”¹⁹.

São Pedro da Aldeia conta com 17 estações elevatórias e 52 Km de rede separadora, incluindo os interceptores às margens da Lagoa. Iguaba Grande foram implantados 5 estações elevatórias e 8 Km de rede de esgoto²⁰.

O Secretário de Ambiente de Cabo Frio em entrevista veiculada pela revista Cidade afirma que a responsabilidade dos problemas do saneamento em seu município é da concessionária, de acordo com o contrato de concessão. Em Búzios seriam necessários investimentos da ordem de R\$ 200 milhões de reais em redes separativas para atender todo o município.

¹⁹ Informação veiculada pela Revista Cidade, ano 2015, n. 40, p. 24.

²⁰ Informação veiculada pela Revista Cidade, ano 2015, n. 40, p. 25.

É de fácil constatação que o problema do saneamento na Região envolve todos os Municípios. E interfere diretamente na economia dos entes públicos envolvidos.

Logo a utilização das disposições do Estatuto da Metrópole, especialmente os dispositivos referentes à governança interfederativa poderiam ser utilizados como catalisadores de todos os entes públicos envolvidos na questão.

A criação de um ente irterfederativo, capitaneado pela aglomeração urbana de Cabo Frio com toda influencia que esse município exerce sobre seus vizinhos, baseado nos princípios da nova legislação apontada, se mostra um componente novo e diferenciado da gestão pública do problema relativo ao saneamento da Região, no que respeita à Lagoa Araruama.

Essa mesma lógica de utilização dos novos instrumentos de gestão urbana, trazidos pelo Estatuto da Metrópole, pode ser aplicada a outras as áreas da administração pública como tratamento de resíduos, transportes, especialidades de saúde entre outros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises e pesquisas efetuadas nesta dissertação, já se mostra viável a indicação de aspectos conclusivos sobre a compreensão das aglomerações urbanas sob o ponto de vista do planejamento regional, bem como sob a compreensão do recorte efetuado neste trabalho.

Tanto os fluxos, quanto as técnicas de comunicação, a estrutura de transporte, a facilidade de deslocamentos, a interação espacial entre outros fatores favorecem o intercâmbio entre centros urbanos.

Atualmente já não é tão necessário morar ao lado do local de trabalho, é possível facilmente empreender deslocamentos para estudo, efetuar compras em cidades próximas ou relativamente próximas com maior fluidez.

Os limites municipais já são extrapolados com facilidade nos deslocamentos interurbanos. A dinâmica econômica, social e financeira se intensifica entre cidades, de todos os tamanhos.

Não há mais a limitação do intraurbano. Existem centros urbanos agrupados, mais ou menos relevantes no contexto regional.

O primeiro capítulo destacou a desnecessidade de continuidade territorial para se configurar uma aglomeração urbana. Prepondera a integração, a interação entre cidades diferentes.

Não há mais a necessidade de continuidade meramente territorial para se caracterizar as interações. A continuidade espacial é fenômeno perceptível, subsidiado pelos fluxos existentes entre os centros urbanos.

O fenômeno atinge não só grandes cidades, mas também pequenos e médios centros urbanos.

O resultado empírico mostrou a relevância da cidade de Cabo Frio dentro de sua região, e sua interação com os municípios do norte fluminense por força do mercado petrolífero.

Constatou-se existência não só de fluxos entre as cidades, mas também articulação por força de deslocamentos. Forte tendência à continuidade espacial urbana entre os municípios vizinhos. As vias de circulação também são de certo modo responsáveis pela continuidade territorial entre Cabo Frio, Barra de São João e Rio das Ostras, e sua configuração como uma nova aglomeração urbana.

A última abordagem procurou declinar a fragilidade na gestão de uma área específica da administração pública na Região do Lagos, que é a questão do saneamento.

Mostraram-se também eventuais fragilidades da normatização que regulamenta entidades regionais. A necessidade de institucionalização de alguns entes gerenciais e das aglomerações urbanas sob essa nova abordagem do planejamento regional.

Frisou-se, comprovadamente, que os processos de caracterização de aglomerações urbanas acontecem naturalmente, e ocorrem sobre cidades pequenas e médias, além das metrópoles.

Levantaram-se novos desafios a partir desta pesquisa, como a sistematização de frequente de dados sobre a cidade de Cabo Frio, que se ressentia da ausência de sistematização de dados que envolvem o município.

Essa necessária sistematização será de vital importância para a compreensão das dinâmicas que caracterizam esta nova aglomeração urbana.

Bem como, viabilizar instrumentos ao gestor público para o enfrentamento de problemas regionais complexos.

A continuidade das discussões apresentadas enriquecerá o debate conceitual sobre instituto da aglomeração urbana, sob a ótica do planejamento regional.

8: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. Fluxos e redes. In: SPOSITO, E. S. (org.) **O novo mapa da indústria no começo do século XXI**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2007.

BERANGER, Abel. **Dados Históricos de Cabo Frio**. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 2003.

CABO FRIO (Município). **Plano Diretor Sustentado**: lei n. 2126, de 15 de maio de 2008: altera normas para parcelamento, uso, ocupação e edificação do solo urbano das áreas que especifica e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-cabo-frio-rj>>. Acesso em: 21 mar. 2016..

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, H. S. M. Plano de Desenvolvimento Regional: abordagem metropolitana e aglomerada. In: CONFERÊNCIA DAS CIDADES, 5, 2003, 02-4 dez; Brasília-DF. **Anais...** Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/42977.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, n.1, v.1, 2004. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Deffontaines_1944%20v2%20n14.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, F. (org.) **La ciudad dispersa**. Barcelona. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. p. 17-33.

DEZERT, B. et al. **La périurbanisation en France**. Paris. Sedes, 1991. p. 17.

GARNIER, J; CHABOT, G. **Tratado de geografia urbana**. Barcelona. Vicens-Vives, 1970.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conjunto paisagístico da cidade de cabo frio rerratificação e extensão de tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001.

LEME, R. C. **Expansão territorial e preço do solo urbano nas cidades de Bauru, Marília e Presidente Prudente (1975-1996)**. 1999. 290 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1999. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-e-teses-1999/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la géographie: et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Brasil: cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

MATOS, R. Aglomeração urbana, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, 23-27 OUT; Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2001. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf>, acesso em: 01 mar. 2016.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo. Hucitec, 1998.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, Rosélia (org). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MOURA, R; FIRKOWSKI, O. L.C. Metrôpoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9, 2001, 28 maio – 01 jun; Rio de Janeiro. **Anais...** Belo Horizonte-MG: ANPUR, 2001. p. 121. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/63/1/anais-do-ix-encontro>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; RODRIGUES, Juciano Martins. Estatuto da metrópole: avanços, limites e desafios. **Observatório das Metrôpoles**, 2015. Disponível em <http://www.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&i

d=1148%3Aestatuto-da-metr%C3%B3pole-avan%C3%A7os-limites-e-desafios&Itemid=180>.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro. Record, 2001.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 81.

SOARES, B. R. Cidade e município: observações sobre o poder local. In: SILVA, J. B. da (org); LIMA, L. C. (org); ELIAS, D. (org.) **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo. Annablume, 2006. p.77-78.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190 p.

SPOSITO, E. S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1996.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508f. Tese. (Doutorado em Livre-Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-e-teses-1999/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

_____. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no Estado de São Paulo. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.11, n.245 (69), ago; 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24569.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. **Metrópole: grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14, 2011, 23-27 maio, Rio de Janeiro. **Anais...** Belo Horizonte-MG: ANPUR, 2012. p. 121. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20140319115406index.swf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro. In: _____; ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 105 – 119.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo. Nobel, 2001.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana**. 2003. 290f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-e-teses-1999/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.